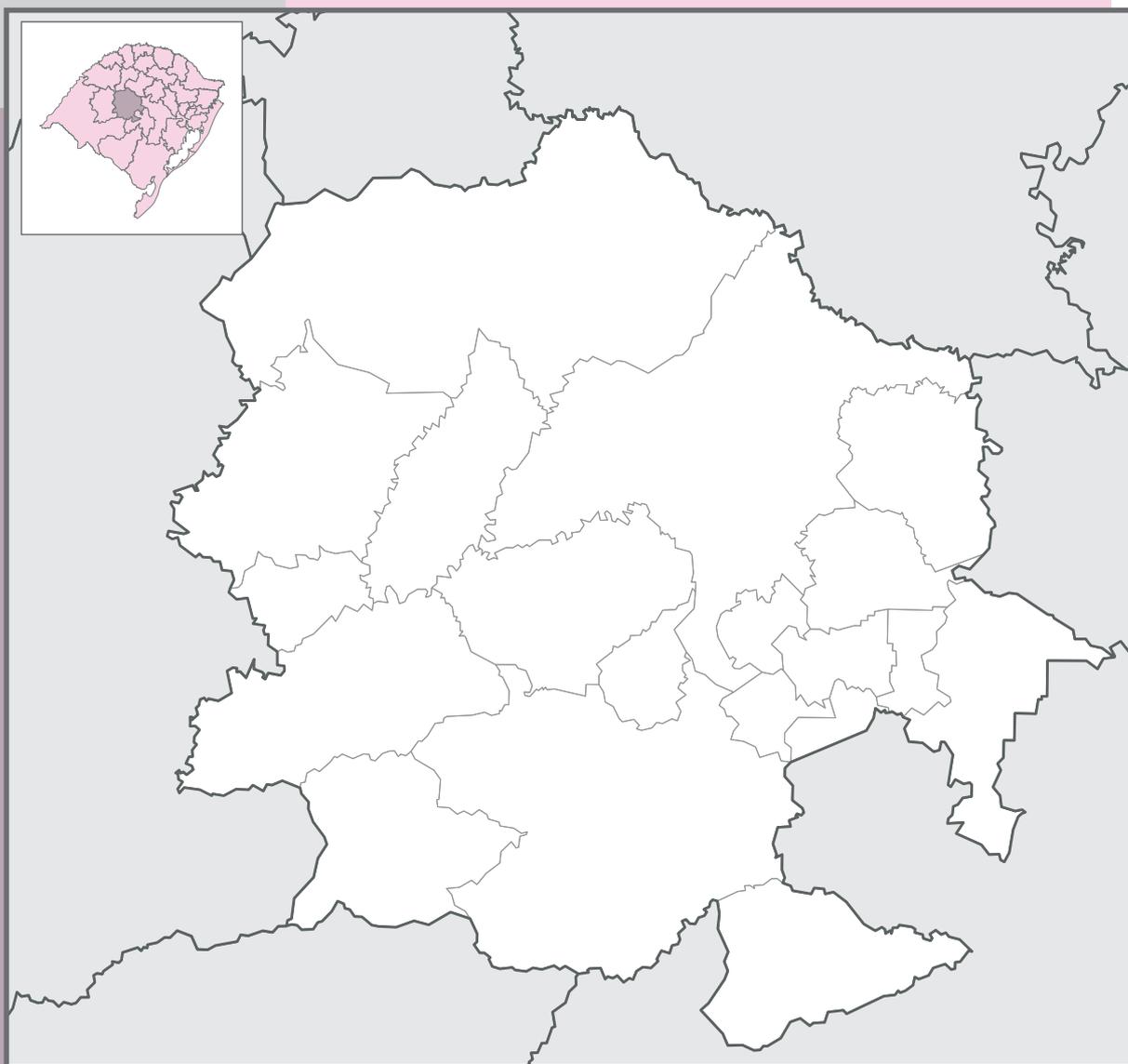




Perfil

Socioeconômico

COREDE



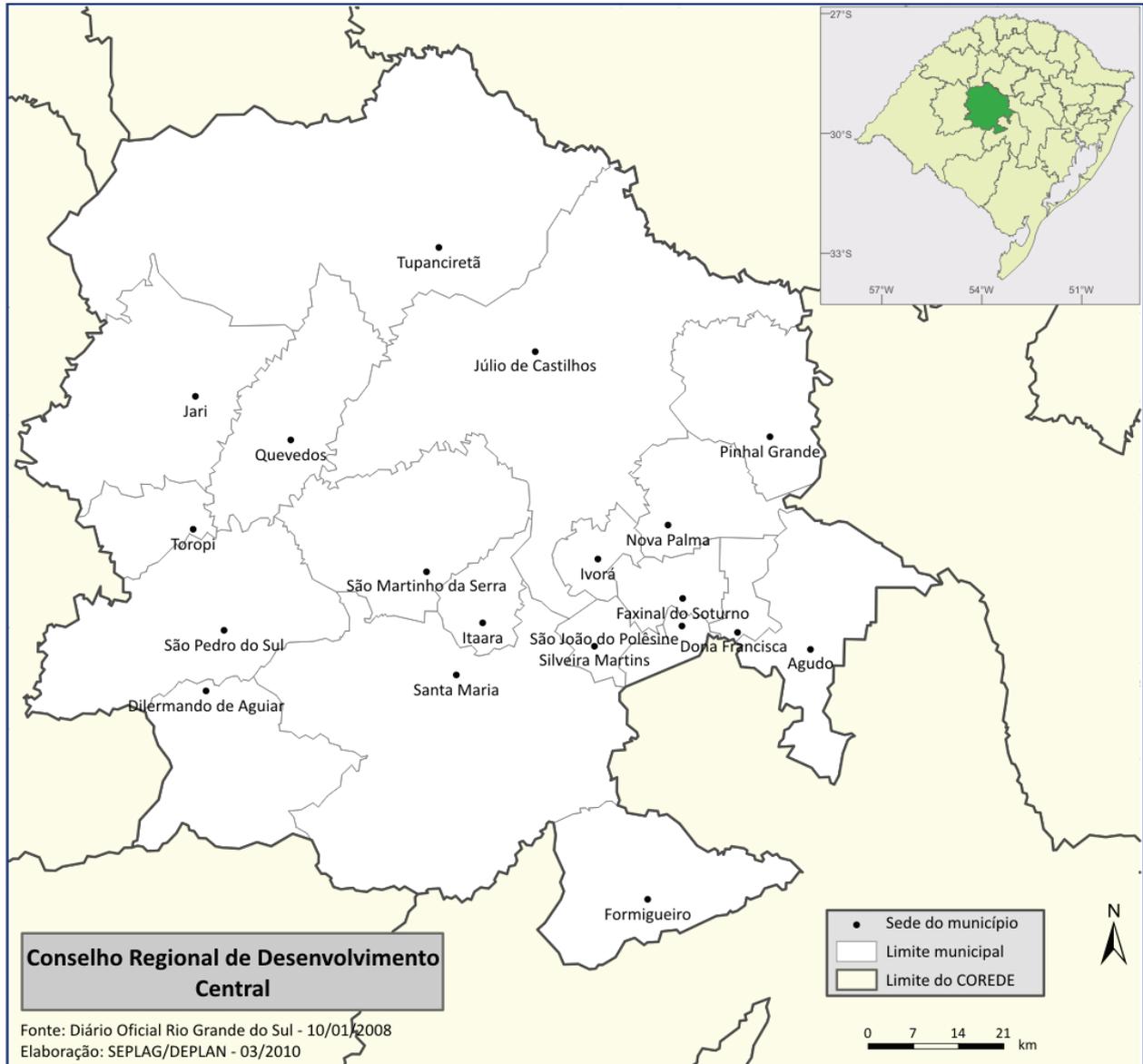
Central



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Perfil Socioeconômico

COREDE Central



Porto Alegre, novembro de 2015



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Estado do Rio Grande do Sul

José Ivo Sartori
Governador
José Paulo Dornelles Cairoli
Vice-Governador

Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional

Cristiano Roberto Tatsch
Secretário
José Reovaldo Oltramari
Secretário-Adjunto

Departamento de Planejamento Governamental

Antonio Paulo Cargnin
Diretor
Carla Giane Soares da Cunha
Diretora-Adjunta

Equipe de Elaboração

Ana Maria de Aveline Bertê
Bruno de Oliveira Lemos
Grazieli Testa
Marco Antonio Rey Zanella
Suzana Beatriz de Oliveira

Equipe de Revisão

Aida Dresseno da Silveira
Antonio Paulo Cargnin
Carla Giane Soares da Cunha
Irma Carina Brum Macolmes
Marlise Margô Henrich

Capa

Laurie Fofonka Cunha



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CARACTERIZAÇÃO	8
1.1. Introdução	8
1.2. Características demográficas e indicadores sociais	8
1.3. Características econômicas	15
1.4. Características da infraestrutura	19
1.4.1. Infraestrutura de transportes	19
1.4.2. Infraestrutura de energia e comunicações	22
1.5. Condições ambientais e de saneamento	22
2. INICIATIVAS PROMISSORAS PARA A REGIÃO	32
2.1. Consolidação do polo irradiador de desenvolvimento em Santa Maria	32
2.2. Apoio ao turismo da Região	32
2.3. Apoio ao desenvolvimento da agroindústria	33
2.4. Aumento da competitividade da produção agrícola	33
3. QUESTÕES QUE MERECEM ATENÇÃO ESPECIAL	34
3.1. Deficiências na infraestrutura de transportes	34
3.2. Baixos indicadores de saneamento	34
3.3. Secas e estiagens periódicas	34
3.4. Baixos indicadores sociais relativos à educação, saúde e renda	34
3.5. Mudanças na estrutura etária da população	35
4. ANEXOS.....	36



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da população total (2010) e hierarquia urbana (2007) no COREDE Central.....	10
Figura 2: Mapa da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual 2000-2010, por COREDE	11
Figura 3: Mapa da Taxa média de crescimento populacional do COREDE Central 2000-2010	12
Figura 4: Mapa do IDESE por município, COREDE Central.....	14
Figura 5: Mapa do PIB dos municípios do COREDE Central.....	16
Figura 6: Mapa dos principais produtos do VAB da Agropecuária dos municípios do COREDE Central – 2012.....	17
Figura 7: Mapa da infraestrutura de transportes no COREDE Central.....	20
Figura 8: Mapa da rede hidrográfica do COREDE Central.....	24
Figura 9: Mapa da situação do abastecimento urbano de água no COREDE Central – 2010	26
Figura 10: Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água no COREDE Central – 2010.....	27
Figura 11: Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água no COREDE Central – 2010.....	29



APRESENTAÇÃO

A preocupação com o equilíbrio territorial do desenvolvimento é um desafio que devemos nos impor cotidianamente no processo de planejamento e implementação das políticas públicas e, não por acaso, foi eleita como um objetivo estratégico do Governo do Estado. Para tanto, é necessário que se empreendam vários esforços, que vão desde o ordenamento das regiões que concentram grandes contingentes populacionais, até o estímulo ao desenvolvimento das potencialidades regionais, passando pela promoção da desconcentração do desenvolvimento econômico, pela melhoria da infraestrutura das cidades, pela qualificação da rede logística, dentre outros.

Para que esses esforços se viabilizem com maior qualidade, temos que conhecer cada vez mais nossas regiões, sua realidade e suas potencialidades, o que vem sendo feito por inúmeros estudos governamentais, acadêmicos e de diferentes instituições regionais. Os Perfis Socioeconômicos dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), aqui apresentados, constituem-se em um esforço adicional para o aprofundamento do debate sobre a questão regional no Rio Grande do Sul. São uma contribuição da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAN), elaborada por um grupo técnico do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), que oferece um diagnóstico elaborado a partir de uma base de dados comum a todas as regiões, como subsídio ao processo de planejamento do Estado e dos COREDEs. Os dados utilizados originam-se da Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, dentre outras fontes.

Além disso, os Perfis sintetizam os avanços de diagnósticos, de estratégias e de proposições apresentados pelos estudos realizados nas últimas décadas, tanto pelo Estado quanto pelas regiões. Não se constituem, assim, em uma visão acabada sobre a realidade regional, mas sim em um ponto de partida, uma provocação para o debate que se dará nas regiões no processo de elaboração dos Planos Estratégicos dos 28 COREDEs. Da mesma forma, constituem-se em um subsídio para que os órgãos governamentais aprofundem a regionalização das políticas públicas, já materializadas nos Cadernos de Regionalização do Plano Plurianual 2016-2019.

Desejamos a todos uma boa e proveitosa leitura.

Cristiano Tatsch

Secretário do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional



1. CARACTERIZAÇÃO

1.1. Introdução

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Central, localizado na Região Funcional de Planejamento 8¹, foi criado em 1991, e é composto por dezenove municípios: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã.

Quase todos os municípios do COREDE são polarizados por Santa Maria, que também polariza municípios de outros COREDEs. A exceção é Tupanciretã, que possui maior ligação com Cruz Alta, no COREDE Alto Jacuí, o que pode ser explicado por deficiências na infraestrutura de transportes regional. Por conta dessa extrema centralidade, em alguns fatores urbanos as disparidades entre os municípios da Região são grandes: na localização industrial, no atendimento à saúde e, especialmente na disponibilização de pessoal.

No período 2000-2010, o COREDE teve crescimento populacional pouco inferior à média estadual, explicado pelo baixo dinamismo da Região. Na economia, destaca-se a baixa participação do setor industrial e a grande importância de Santa Maria como polo de serviços. As características regionais não suscitam o surgimento de indústrias e serviços que imprimam maior dinâmica à Região. No setor primário, caracteriza-se por ser uma Região de transição entre o cultivo da soja, no norte do Estado, e do arroz, no sul. Possui também núcleos onde predominam a pequena propriedade, com diversidade de culturas e integração com a atividade agroindustrial. A criação de bovinos também se destaca. Observa-se que a Região participa de diversas cadeias produtivas agroindustriais dominantes no Estado, tais como a de grãos – soja, arroz, trigo e milho – e bovina.

Nos indicadores sociais, a renda dos municípios se encontra abaixo da média estadual, detendo também alguns indicadores preocupantes no que refere à Saúde e à Educação. Nos indicadores de Saneamento básico, o COREDE também se encontra abaixo das médias estaduais.

1.2. Características demográficas e indicadores sociais

Em 2010, o COREDE possuía 391.633 habitantes. Santa Maria era o maior município, com 261.031 habitantes. Em segundo plano, apareciam Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Agudo e São Pedro do Sul, com populações entre 15 e 25 mil habitantes.

¹ As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, contratado em 2003 pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a dos COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual.



O restante dos municípios é de pequeno porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes.

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², a Região possui uma Capital Regional (Santa Maria) e dezoito municípios classificados como Centros Locais. Santa Maria tem ligação com Porto Alegre³, exercendo influência sobre quase todos os municípios do COREDE, exceto por Tupanciretã, que tem ligação com Cruz Alta, no COREDE Alto Jacuí. Além dos situados na Região, vários municípios próximos pertencentes aos COREDEs Jacuí Centro, Campanha, Fronteira Oeste e Vale do Jaguari, também se relacionam com Santa Maria, conforme demonstrado na Figura 1.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro. 2007. O estudo estabeleceu uma classificação dos centros de gestão. Segundo o estudo, “centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83).

Foram avaliadas variáveis identificando níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica, através de estudos complementares (com dados secundários) enfocando diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Após a identificação e hierarquização dos núcleos, foram pesquisadas as ligações entre as cidades, de modo a delinear as áreas de influências dos centros.

Para os centros de gestão do território, essas ligações foram estudadas com base em dados secundários. Para as demais cidades foram pesquisados: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços, tais como, compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários. Uma vez delimitadas as Regiões de Influência, verificou-se que o conjunto de centros urbanos com maior centralidade – que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influências mais ou menos extensas – apresenta algumas divergências em relação ao conjunto dos centros de gestão do território. A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da Região de Influência de cada centro.

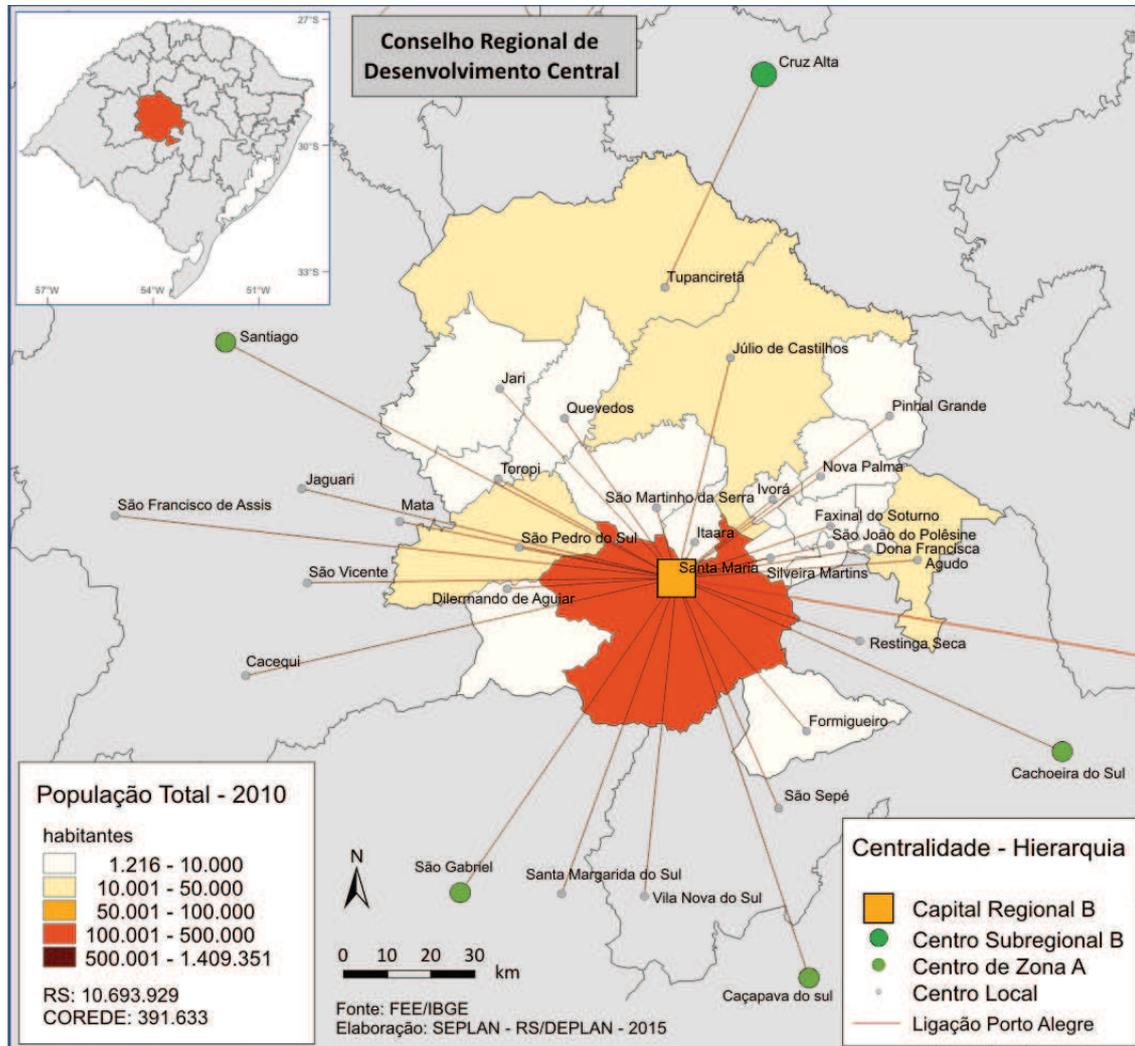
A hierarquização é definida por: **1. Metrópole** – caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si. Em geral, possuem extensa área de influência direta. Subdivididas em três subníveis (Grande metrópole nacional, Metrópole nacional e Metrópole); **2. Capital Regional** – como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Também subdivididas em três subgrupos, conforme número de habitantes e relacionamentos; **3. Centro Sub-Regional** – centros com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as metrópoles. Divididos em A e B também conforme número de habitantes e relacionamentos; **4. Centro de Zona** – cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercem funções de gestão elementares. Igualmente divididos em A e B pelo mesmo critério; **5. Centro Local** – cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

³ No estudo Regiões de Influência das Cidades, a Metrópole de Porto Alegre e seu entorno foi classificada como uma Área de Concentração Urbana (ACP). As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Figura 1: Mapa da população total (2010) e hierarquia urbana (2007) no COREDE Central



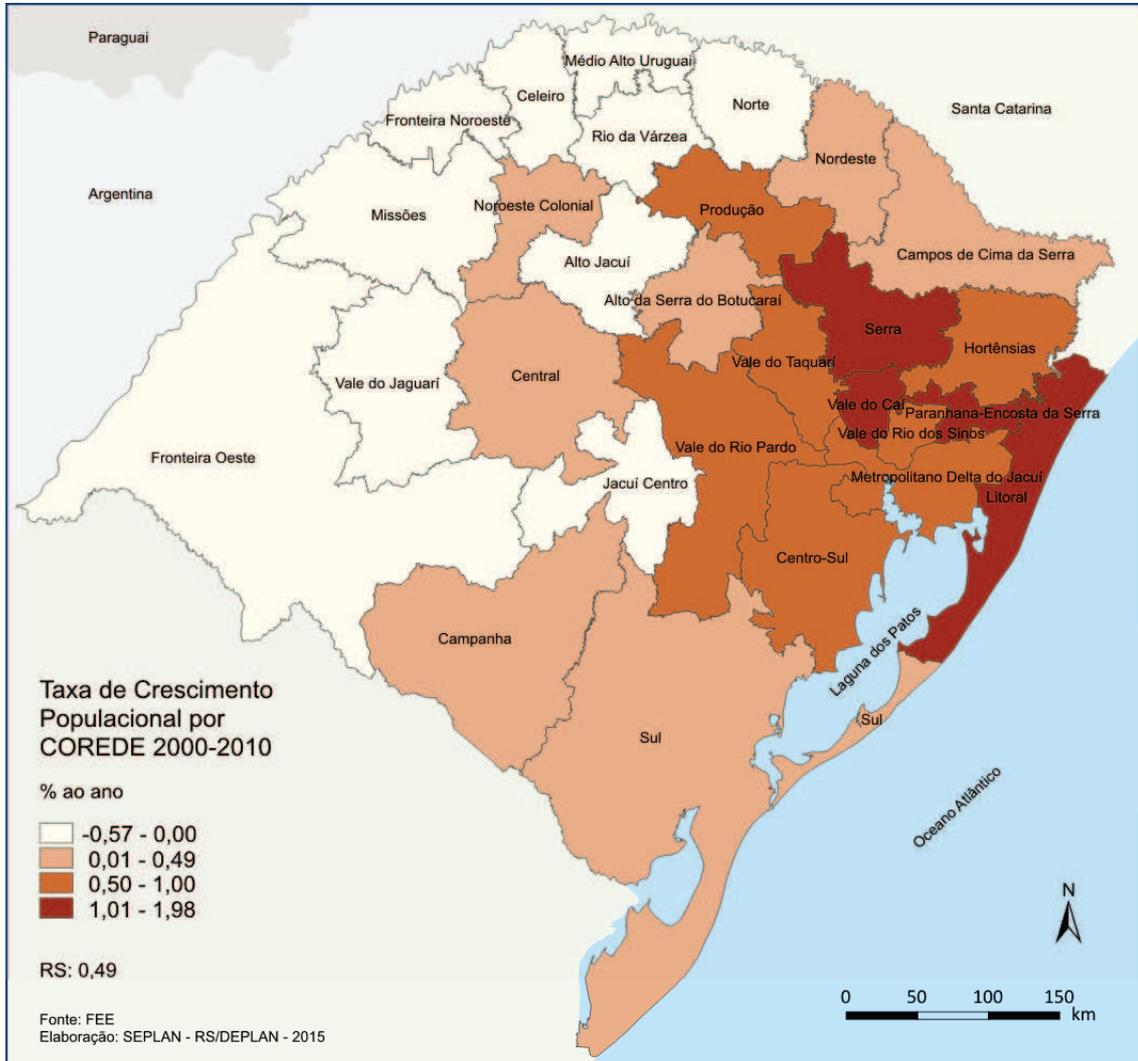
O Rio Grande do Sul, com uma taxa de crescimento populacional de 0,49% ao ano, foi o estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento no período 2000-2010, e algumas regiões apresentaram diminuição em sua população. Observa-se, no território gaúcho, uma área que ocupa a fronteira norte, noroeste e parte do sul que se caracteriza pelo esvaziamento populacional, principalmente do setor rural. Em oposição, verifica-se uma concentração populacional no leste do Estado⁴, conforme demonstrado na Figura 2. O COREDE Central está localizado entre essas duas áreas observadas, apresentando média de crescimento populacional, no período 2000-2010, de apenas 0,37% ao ano.

⁴"Dentre as tendências observadas, destacam-se a redução populacional nas regiões de fronteira do Estado, o crescimento populacional nas proximidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e na região do Litoral, a migração populacional no sentido oeste-leste e a desconcentração, ainda incipiente, da renda *per capita* para além do eixo entre a Capital e a Serra gaúcha" In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã e Fundação de Economia e Estatística. **RS 2030**: Agenda de Desenvolvimento Territorial. Tendências Regionais: PIB, demografia e PIB *per capita*. Porto Alegre.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Figura 2: Mapa da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual 2000-2010, por COREDE

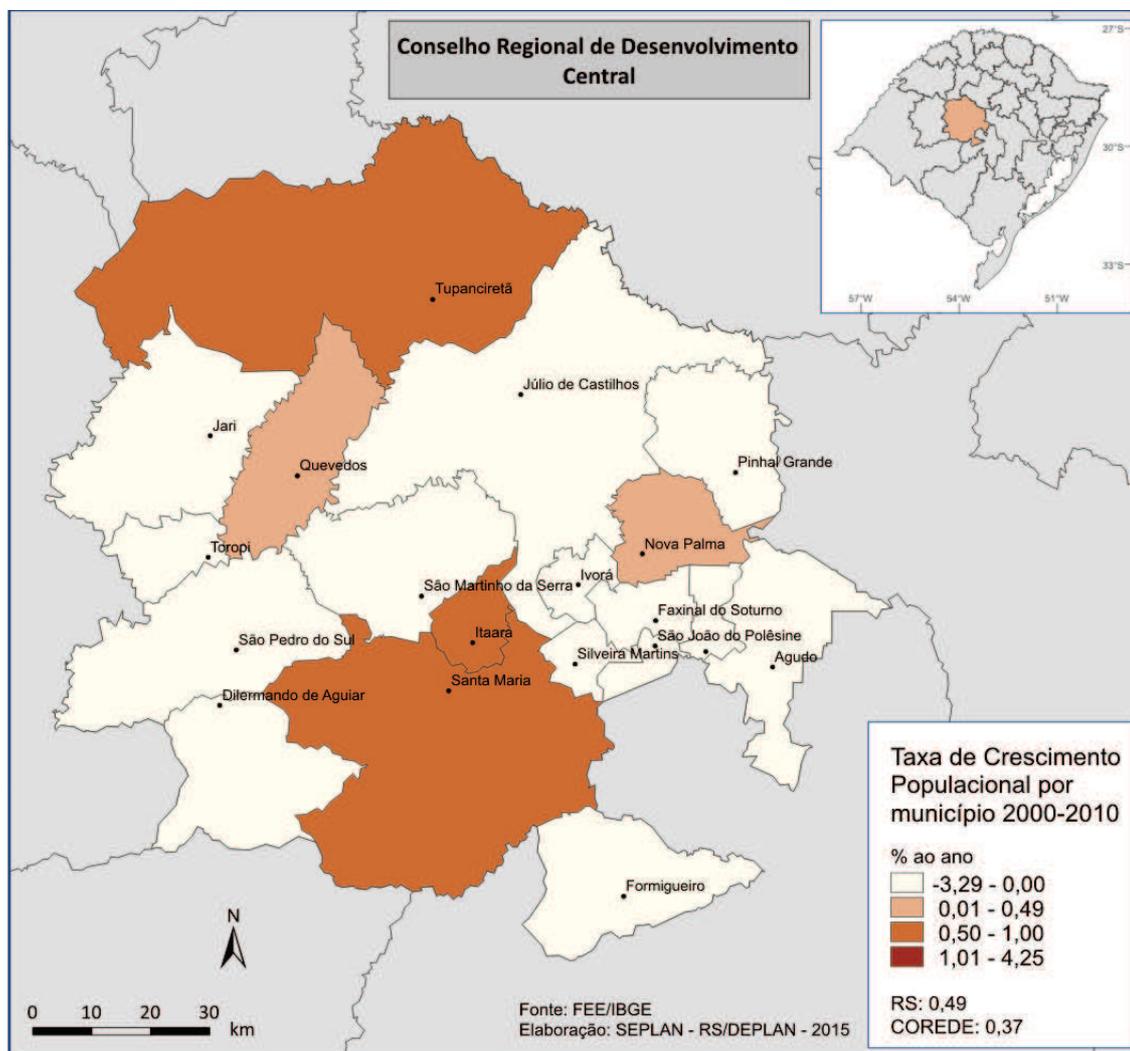


Em relação ao crescimento populacional, observa-se que, dos dezenove municípios da Região, quatorze apresentaram taxas negativas no período 2000-2010. Os valores negativos variaram entre -0,14% a.a., em São Martinho da Serra, e -1,45% a.a., em Ivorá. Itaara (0,91% a.a.), Santa Maria (0,69% a.a.), Tupanciretã (0,62% a.a.), Quevedos (0,07% a.a.) e Nova Palma (0,01% a.a.) tiveram taxas de crescimento positivas no período, conforme demonstrado na Figura 3.



Govorno do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Figura 3: Mapa da Taxa média de crescimento populacional do COREDE Central 2000-2010



As maiores perdas foram de população rural. Com exceção de Tupanciretã, todos os municípios apresentaram diminuição de valores, que variaram entre -2,70% a.a., em São João do Polêsine, e -0,18% a.a., em Dilermando de Aguiar. Por outro lado, alguns pequenos municípios apresentaram acréscimo em suas populações urbanas. Toropi, Quevedos, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Jari, Agudo e São Martinho da Serra apresentaram taxas médias de crescimento de população urbana igual ou superior a 2% a.a.

Os dados de migração, pesquisada pelo Censo de 2010⁵, indicam o número de pessoas de cinco anos ou mais de idade que não residiam no município em 2005, o

⁵ No Censo Demográfico 2010, foi investigado o local de nascimento; o tempo de moradia no município, na Unidade da Federação e no Brasil; o município, a Unidade da Federação ou o país estrangeiro de residência anterior; além do município e Unidade da Federação ou do país estrangeiro em que o indivíduo morava cinco anos antes da data de referência do Censo. Portanto foi possível verificar a população de cinco anos ou mais de idade que, em 31/07/2010, residia no município, e, em 31/07/2005, residia em outro município (entrada), além da população de



que informa a entrada e a saída de habitantes no período 2005-2010. Os municípios que apresentaram saldo positivo entre a entrada e a saída de habitantes foram Itaara, São Martinho da Serra, Quevedos, Agudo, São João do Polêsine, Jari e Silveira Martins. Os municípios restantes apresentaram saldo migratório negativo. Esses dados, aliados àqueles de crescimento de população considerando a situação de domicílio, indicam que uma parte da população rural possa estar se dirigindo para um centro urbano local mais próximo e na própria Região.

Em relação à distribuição da população por faixas etárias, o COREDE segue o padrão estadual. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o Estado vem sofrendo uma mudança na sua estrutura etária, ocorrendo uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem para esse fenômeno. O Rio Grande do Sul possui a menor taxa de fecundidade entre os estados brasileiros e a quarta maior expectativa de vida do Brasil.

O COREDE Central não foge a esse padrão. Na última década, a população na faixa de 0 a 14 anos sofreu uma diminuição de 18%. As faixas de 15 a 65 anos e acima de 65 anos tiveram um incremento de, respectivamente, 9% e 32%.

Em 2012, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)⁶ do COREDE Central foi de 0,735, encontrando-se no Nível Médio de desenvolvimento e na décima segunda posição no *ranking* dos 28 COREDEs. Convém observar que, no Rio Grande do Sul, todos os municípios estão entre os níveis Médio e Alto. A Figura 4 demonstra os valores de IDESE dos municípios do COREDE Central em 2012:

cinco anos ou mais de idade que, em 31/07/2005, residia no município, e, em 31/07/2010, residia em outro município (saída).

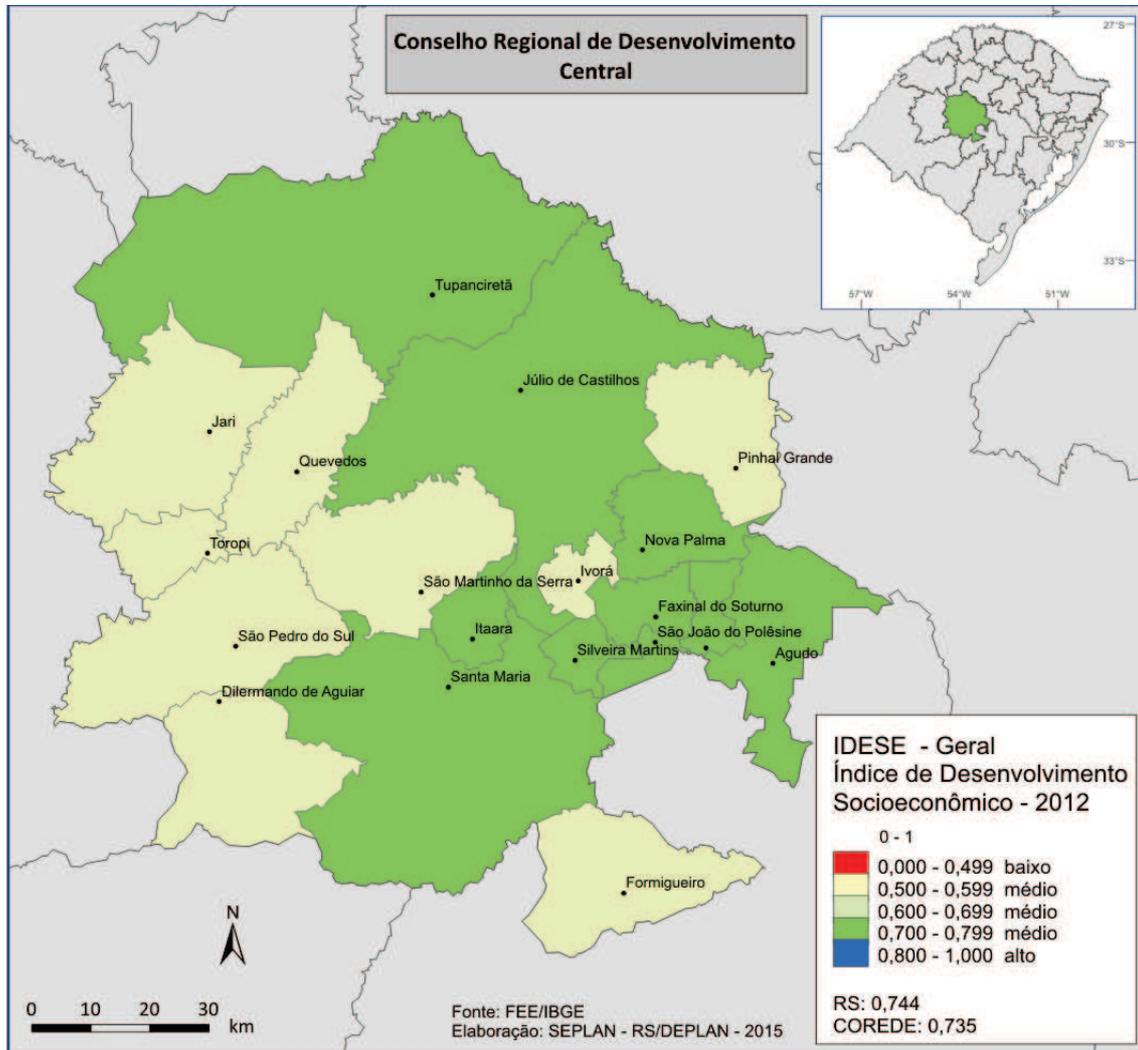
⁶O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. Para cada uma das variáveis componentes dos blocos Saúde, Educação e Renda, é calculado um Índice. São fixados, a partir disso, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável. O índice final de cada bloco é a média aritmética dos índices dos seus sub-blocos. Considera-se a classificação do índice em Alto (acima de 0,800), Médio (entre 0,500 e 0,799) e Baixo (abaixo de 0,499) nível de desenvolvimento.

O IDESE considera, no total, um conjunto de doze indicadores divididos nos três blocos. O Bloco Educação utiliza cinco indicadores, que se dividem em quatro sub-blocos, de acordo com as faixas etárias: população entre quatro e cinco anos (taxa de matrícula na pré-escola), população entre seis e 14 anos (nota da Prova Brasil 5º e 9º ano do ensino fundamental), população entre 15 e 17 anos (taxa de matrícula no ensino médio) e população com 18 anos ou mais (percentual da população adulta com pelo menos ensino fundamental completo). O Bloco Renda é composto por dois sub-blocos: apropriação de renda e geração de renda. O Bloco Saúde utiliza cinco indicadores, que são divididos em três sub-blocos: saúde materno-infantil (taxa de mortalidade de menores de 5 anos e número de consultas pré-natal por nascidos vivos), condições gerais de saúde (taxa de mortalidade por causas evitáveis e proporção de óbitos por causas mal definidas) e longevidade (taxa bruta de mortalidade padronizada).



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Figura 4: Mapa do IDESE por município, COREDE Central



Analisando-se os blocos do IDESE, verifica-se que os mesmos possuem desempenhos muito semelhantes. Os blocos Educação e Renda, com índices de, respectivamente, 0,708 e 0,694, ocupam a décima segunda e a décima terceira posições no *ranking* estadual, enquanto o Bloco Saúde, com 0,802, ocupa a décima sétima posição entre os 28 COREDES.

Dentre as variáveis na composição do Bloco Educação, destaca-se o índice do sub-bloco Escolaridade Adulta (percentual da população com pelo menos Ensino Fundamental completo), colocando-se em quarto lugar no Estado. No sub-bloco Pré-Escola (taxa de matrícula na Educação Infantil), a Região não apresenta bom desempenho, classificando-se na vigésima primeira posição.

No Bloco Renda, o COREDE possui valores inferiores aos estaduais, tanto na variável de Geração de Renda (PIB *per capita*) quanto na de Apropriação de Renda (renda domiciliar *per capita* média), colocando-se respectivamente na quinta e décima oitava posições. No Bloco Saúde, os valores são superiores às médias estaduais nos



sub-blocos Condições Gerais de Saúde (taxa de mortalidade por causas evitáveis e proporção de óbitos por causas mal definidas) e Longevidade (taxa bruta de mortalidade padronizada) e inferiores no sub-bloco Saúde Materno Infantil (taxa de mortalidade de menores de cinco anos e número de consultas pré-natal por nascidos vivos).

Considerando-se o desempenho dos municípios do COREDE Central no IDESE, dez se encontram no patamar superior do Nível Médio de desenvolvimento. Seus valores variam de 0,750, em São João do Polêsine, a 0,705, em Agudo. O desempenho desses municípios é reforçado pelo Bloco Renda. Todos os municípios possuem valores nesse Bloco superiores à média estadual.

Silveira Martins se destaca entre os demais por ter um bom desempenho no Bloco Educação, com seu IDESE no bloco, de 0,787, ocupando a vigésima sétima posição entre os municípios do Estado. Por outro lado, alguns municípios, como Jari, Quevedos e São Martinho da Serra estão em posições desfavoráveis nesse Bloco, com valores no patamar inferior do Nível Médio de desenvolvimento. No Bloco Saúde, os municípios variam seus índices entre 0,786, em Agudo, e 0,883, em Nova Palma.

1.3. Características econômicas

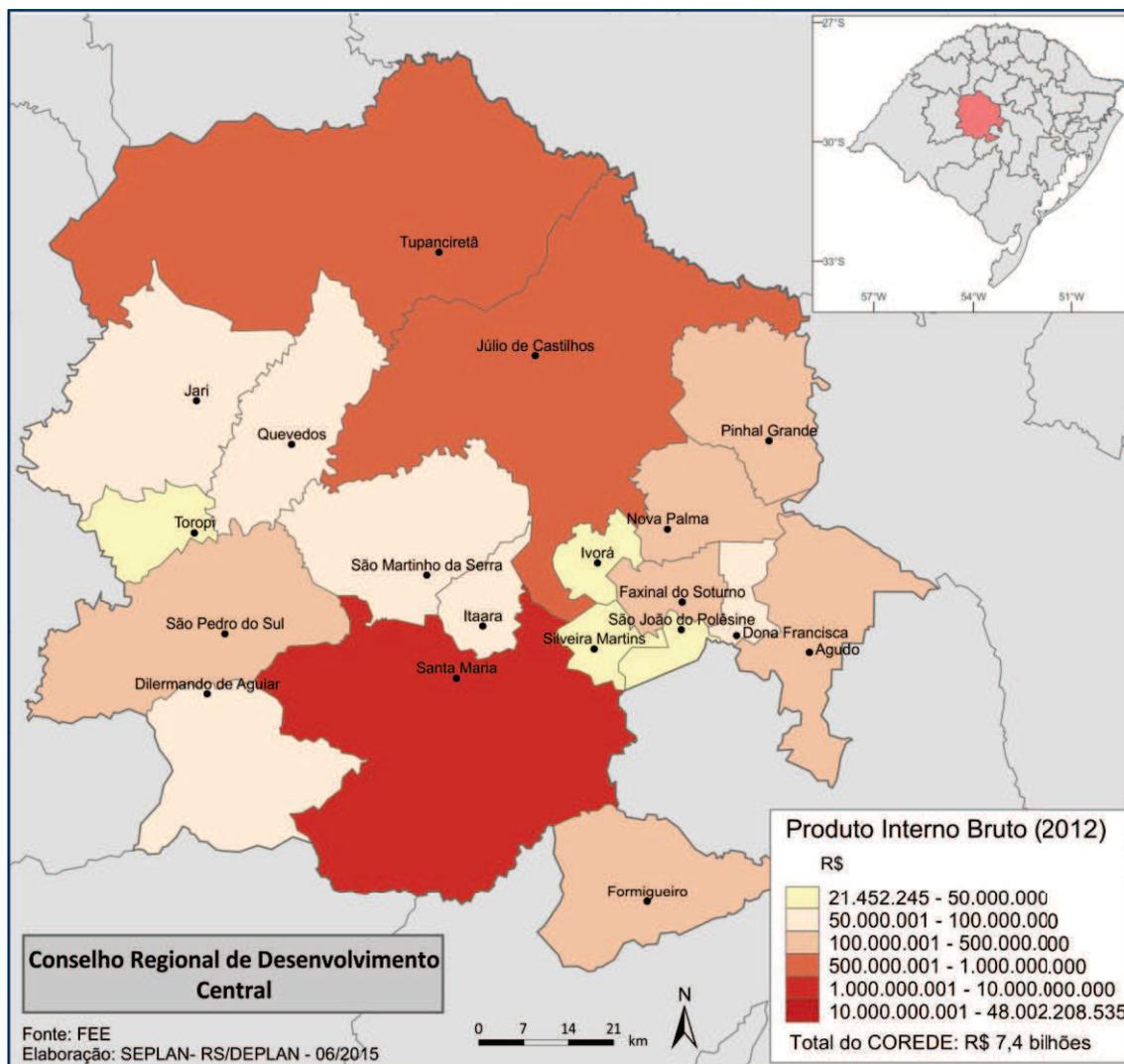
O COREDE Central apresentou um PIB de R\$ 7,4 bilhões em 2012, o que representou 2,7% do total do Estado. O PIB *per capita* do COREDE era de R\$ 18.713,00, ocupando a décima oitava posição dentre os 28 COREDEs. Esse valor estava abaixo da média do Estado de R\$ 25.779,00. O município de São Martinho da Serra apresentava o maior PIB *per capita* do COREDE, com R\$ 26.136,00, seguido por Júlio de Castilhos, com R\$ 25.942,00, e Tupanciretã, com R\$ 25.619,00. O município com menor PIB *per capita* era Silveira Martins, com R\$ 12.173,00.

O município de Santa Maria apresentava o maior PIB do COREDE em 2012, com R\$ 4,7 bilhões, o que representava 63,6% do total, seguido por Tupanciretã, com R\$ 576 milhões e Júlio de Castilhos, com R\$ 505 milhões. O menor PIB do COREDE era de Silveira Martins, com R\$ 29 milhões. A Figura 5 demonstra o PIB dos municípios do COREDE Central em 2012.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Figura 5: Mapa do PIB dos municípios do COREDE Central (2012)



No que se refere aos setores que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB) do COREDE, os Serviços respondem por 75%, seguidos pela Indústria, com 14,7%, e pela Agropecuária, com 10,2%⁷. Santa Maria lidera nos setores da Indústria e dos Serviços com, respectivamente, 66,2% e 69,1%. No VAB da Agropecuária, Tupanciretã lidera, com 16,2%, seguido por Santa Maria (12,9%), Júlio de Castilhos (12,8%) e Agudo (11,2%). O COREDE é responsável por 3,4% do VAB da Agropecuária, 1,6% do VAB Indústria e 3,2% do VAB Serviços do Estado.

No VAB da Agropecuária, destaca-se o Cultivo da Soja em Grão, com 25,1%, com liderança dos municípios de Tupanciretã e Júlio de Castilhos. A Criação de Bovinos e Outros Animais apresenta 23,7%, com destaque para Santa Maria. O Cultivo

⁷ A média do Estado é de 8,4% na Agropecuária; 25,2%, na Indústria; e 66,3%, nos Serviços. Dessa forma, o VAB do COREDE Central apresenta maior participação da Agropecuária e dos Serviços e menor da Indústria em relação à média do Estado.

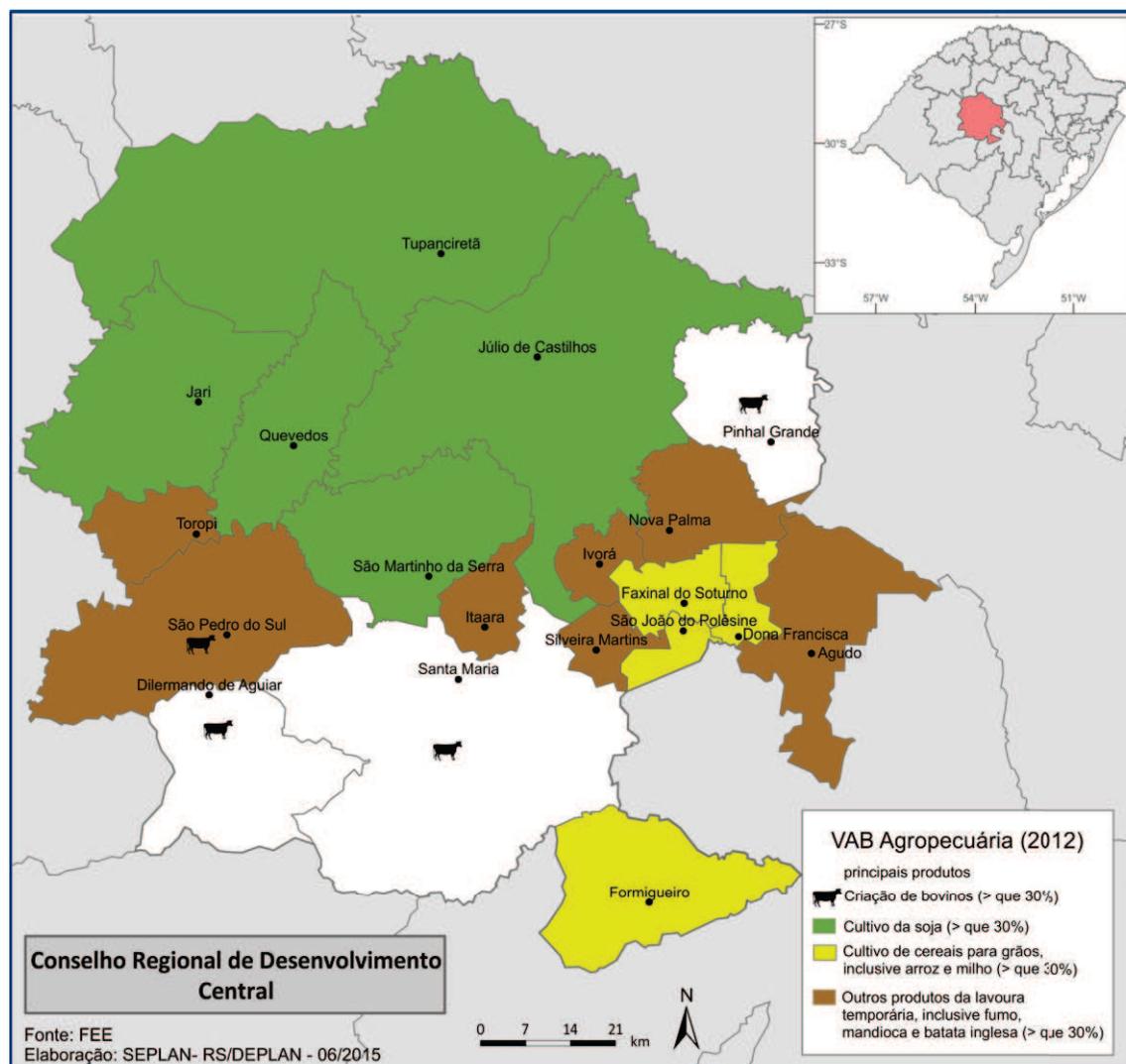


Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

de Cereais para Grãos, principalmente o arroz e o milho, possui 21,7%, com a liderança dos municípios de Agudo, Tupanciretã, Santa Maria e Formigueiro. O cultivo de Outros Produtos da Lavoura Temporária, principalmente o fumo, a mandioca e a batata inglesa, possui 21,4%, destacando-se os municípios de Agudo, São Pedro do Sul e Santa Maria.

Dessa forma, observa-se a predominância do cultivo da soja no norte do COREDE, enquanto os municípios do sul e leste apresentam uma estrutura agropecuária mais diversificada, com produtos como arroz, milho, fumo, mandioca e batata inglesa. A pecuária de corte e leite apresenta participação considerável em quase todos os municípios do COREDE. A Figura 6 demonstra os principais produtos do VAB da Agropecuária dos municípios do COREDE Central.

Figura 6: Mapa dos principais produtos do VAB da Agropecuária dos municípios do COREDE Central – 2012





O VAB da Indústria do COREDE Central se divide em Construção Civil, com 38,4%, Indústria de Transformação, com 36,8%, e a Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana (Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP), com 23,4%. O município de Santa Maria lidera em todos esses segmentos. Também se observa participação importante de Agudo, Pinhal Grande e Nova Palma nos SIUPs devido às usinas hidrelétricas de Dona Francisca e Itaúba, no Rio Jacuí. A Indústria Extrativa possui apenas 1,4% da Indústria do COREDE.

A Indústria de Transformação do COREDE responde por apenas 0,9% do total do Estado. A Fabricação de Produtos Alimentícios responde por 60,82% do VAB da Indústria de Transformação do COREDE, principalmente na Moagem, Fabricação de Produtos Amiláceos e de Alimentos para Animais e no Abate e Fabricação de Produtos de Carne. Com 17,70%, a Fabricação de Bebidas vem a seguir. Outros segmentos não alcançam 10%.

No Setor de Serviços, a Administração Pública lidera com 28,7%, seguida pelo Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação, com 21,6%. Santa Maria se destaca em todos os segmentos dos Serviços, alcançando 93,6% do total do COREDE em Saúde e Educação Mercantil e 80,8% em Atividades Imobiliárias e Aluguéis.

A centralidade exercida por Santa Maria sobre os outros municípios do COREDE Central levou Alonso (2009)⁸ a definir a região como Aglomeração Descontínua de Santa Maria, centrada principalmente nos Serviços, com a especificidade de possuir importância a administração pública, o ensino público superior e as atividades de segurança nacional. Segundo Alonso (2009), essa centralidade deveu-se à sua posição estratégica no Estado, tendo sido um importante nó do transporte ferroviário. Nesse sentido, concentrou grandes investimentos nas áreas de Educação, Saúde, Segurança e Comércio, tornando-se um polo de desenvolvimento. Assim, quando o papel do transporte ferroviário arrefeceu, a economia da cidade já havia se consolidado.

Os esforços para a consolidação de Santa Maria como polo industrial resultaram no crescimento da participação do município no produto industrial do Estado de 0,41%, em 1990, para 0,94% em 2006 (ALONSO, 2009). Essa participação alcançou 1,09% em 2012. O mesmo se refere ao número de empregados na Indústria de Transformação, que aumentou 157% entre 1995 e 2012, enquanto no Estado o aumento foi de 43,1% (LEMOS; CARGNIN, 2014)⁹. No entanto, o município ainda possui 82,4% de seu VAB no setor de Serviços.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹⁰, em 2013, o COREDE possuía 80% de seu pessoal

⁸ ALONSO, José Antônio Fialho. A emergência das aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul. **Indicadores econômicos FEE**, v.37, n.3, 2009.

⁹ LEMOS, Bruno de Oliveira; CARGNIN, Antonio Paulo. Características da distribuição territorial da indústria de transformação no Estado do Rio Grande do Sul. **Textos para Discussão FEE**, n. 126, 2014.

¹⁰ Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 21.07.2015.



ocupado nos Serviços; 16,6%, na Indústria; e 3,4%, na Agropecuária¹¹. Os empregos da Indústria de Transformação respondem por apenas 10,9% do total do COREDE. Os empregos do setor estão concentrados principalmente em Santa Maria, com 75,4% do total do COREDE, e Agudo, com 7,9%. Em Santa Maria, esses empregos estão concentrados na Fabricação de Produtos Alimentícios, de Máquinas e Equipamentos, de Minerais Não Metálicos e de Bebidas; em Agudo, na Preparação do Couro e Fabricação de Artefatos de Couro e na Fabricação de Produtos Alimentícios.

No que se refere à renda *per capita* média dos municípios do COREDE Central em 2010, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹², apenas Santa Maria apresentava valor acima da média do Estado (R\$ 959,24), com R\$ 1.127,25. Também se destacavam Nova Palma (R\$ 915,86) e Itaara (R\$ 913,96). Jari (R\$ 418,18) e São Martinho da Serra (R\$ 482,31) possuíam os menores valores do COREDE.

A Região apresenta grande densidade de cursos superiores, como os da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) e da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), além de várias faculdades, inclusive com cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado. A Região também conta com unidades do Instituto Federal Farroupilha em Santa Maria e Júlio de Castilhos, com cursos superiores e técnicos.

O COREDE possui um polo tecnológico, ligado à UFSM, com áreas de atuação na Agropecuária Industrial e na Engenharia e Saúde. Ainda, possui duas incubadoras tecnológicas¹³ ligadas à UFSM e à UNIFRA, com 18 empresas incubadas. Além disso, conta com dois Arranjos Produtivos Locais (APLs) estruturados: Metal- Mecânico da Região Central, com 30 empresas apoiadas, e Tecnologia da Informação e Comunicação da Região Central, com 39 empresas beneficiadas.

O turismo histórico, religioso, rural e paleobotânico, apresenta grande potencialidade na Quarta Colônia, que abrange os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. A localidade de Vale Vêneto, em São João do Polêsine, compõe um típico cenário rural das antigas comunidades italianas do Estado e se destaca pelo Festival Internacional de Inverno de música, promovido pela UFSM.

1.4. Características da infraestrutura

1.4.1. Infraestrutura de transportes

O COREDE Central concentra 3,6% da população do Estado e apresenta uma rede urbana relativamente dispersa, na qual a Capital Regional (Santa Maria)

¹¹ O COREDE Central apresenta uma participação maior da Agropecuária e dos Serviços e menor da Indústria em relação à média do Estado. O Rio Grande do Sul, em 2013, apresentava 67,25% de seu pessoal ocupado no setor de Serviços; 30,07%, na Indústria; e 2,68%, na Agropecuária.

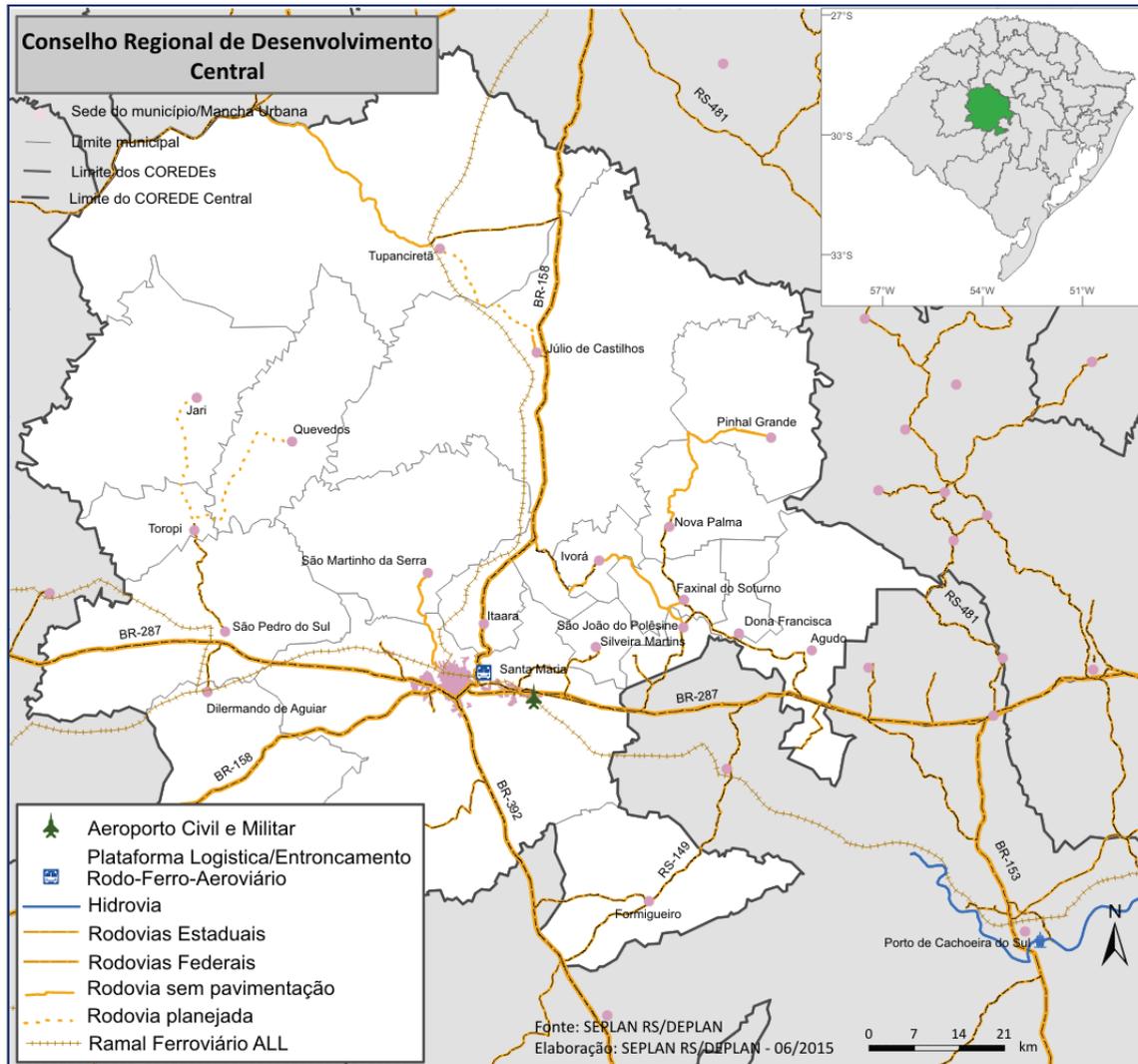
¹² Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 29.04.2015.

¹³ Incubadoras dão suporte às micro e pequenas empresas em processo de estruturação que desenvolvem ideias inovadoras.



concentra 66% da população total. A circulação de mercadorias utiliza os modais rodo, ferro e aeroviário, e a circulação de passageiros utiliza as redes rodoviária e aérea. A Figura 7 mostra a infraestrutura de transportes disponível no COREDE e suas articulações.

Figura 7: Mapa da infraestrutura de transportes no COREDE Central



Considerando-se o modal rodoviário, o COREDE é importante ponto de ligação entre o chamado arco de fronteira, a capital do Estado e o Porto do Rio Grande, através das rodovias BR-287, BR-158 e BR-392, que convergem para Santa Maria. Os trechos ao sul de Santa Maria, das estradas BR-392 e BR-158, fazem a ligação do COREDE com a BR-290, que atravessa o Estado no sentido oeste-leste. O trecho ao norte de Santa Maria da BR-158 faz a ligação do COREDE com Cruz Alta e Palmeira das Missões, seguindo em direção à BR-386.



Segundo o estudo Rumos 2015¹⁴, o modal rodoviário de cargas transporta os produtos das lavouras do norte e do oeste do Estado e concentra boa parte das mesmas nos terminais ferroviários. No COREDE, o transporte rodoviário de cargas locais está articulado ao modal ferroviário através dos entroncamentos da América Latina Logística (ALL) localizados nos municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santa Maria. Às cargas locais somam-se os volumes já embarcados nos demais entroncamentos rodo-ferroviários oriundos de outras regiões do Estado, seguindo em direção a Uruguaiana, ou à capital do Estado, ou ainda ao Porto do Rio Grande.

De acordo com o estudo Rumos 2015, a concentração de cargas nos três terminais ferroviários da Região é considerada média, e o terminal ferroviário de Santa Maria é uma das quatro unidades principais da ALL no Rio Grande do Sul¹⁵. No entanto, sabe-se que o modal ferroviário opera com ociosidade em todo o Estado e vem perdendo lugar para o transporte rodoviário¹⁶, embora o trecho ferroviário Cruz Alta-Tupanciretã-Júlio de Castilhos-Santa Maria seja utilizado com regularidade.

Os modais hidroviário¹⁷ e dutoviário são inexistentes no COREDE. O modal aéreo conta com o aeroporto com a maior extensão de pista do Estado – o Aeroporto Civil e Militar de Santa Maria – que não possui terminais de carga, sendo principalmente usado para fins militares¹⁸. O Aeroporto dispõe de voos comerciais regulares para Porto Alegre e ocupa as mesmas dependências que também servem ao Aeroclube de Santa Maria, formador de pilotos comerciais e agrícolas¹⁹. O aeródromo de Santa Maria possui duas pistas de 1.400 metros e 2.700 metros de comprimento. A primeira, com pavimento de asfalto, e a segunda, de concreto, com pátio de manobras, heliponto e terminal de passageiros²⁰.

Levando-se em conta as características regionais, é importante observar que cinco municípios do COREDE Central, atualmente, não possuem acesso asfáltico: Ivorá, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra²¹. Isso dificulta

¹⁴ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Rumos 2015**: Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes. Vol. 4: A Logística de Transportes no Desenvolvimento Regional. 2006 p.33.

¹⁵ As quatro principais estações ferroviárias da ALL são: Estação Rio Grande-Porto; Estação Santa Maria; Estação Cacequi e Estação Bagé. Disponível em:

<http://pt.all-logistica.com/all/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=27024&conta=45>. Acesso em: 29.07.2015.

¹⁶ Segundo Milanez (2014, p.10), "a malha ferroviária do RS, regulada pela ANTT, está concedida à América Latina Logística (ALL) que, ao final de 2012, detinha a concessão de 3,1 mil km de ferrovias, e destes, aproximadamente 1.1 mil km estavam desativados". In: MILANEZ, Paulo Victor Marocco. Transportes: considerações sobre a situação setorial. **RS 2030**: Agenda de Desenvolvimento Territorial. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã e Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre. 2014.

¹⁷ O porto fluvial mais próximo é o de Cachoeira do Sul, no Rio Jacuí.

¹⁸ PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – PELT-RS 2012-2037. Termo de Referência, novembro de 2012. Secretaria de Infraestrutura e Logística.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.santamariatur.com.br/aeroporto.htm>>. Acesso em: 29.07.2015.

²⁰ Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Lista de Aeródromos públicos.

²¹ De acordo com o Relatório do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) para o PLANO PLURIANUAL 2012-2015 AVALIAÇÃO ANUAL - EXERCÍCIO 2014, o trecho de 25,5 quilômetros da ERS-348 Ivorá-São João do Polêsine, com acesso a Faxinal do Soturno, está com obra paralisada por restrição ambiental à



sobremaneira o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas, aumentando as distâncias entre os núcleos urbanos da Região e desses com os centros regionais de maior porte como Santa Maria.

Chama a atenção a ausência de estradas pavimentadas entre Santa Maria e Tupanciretã, no quadrante oeste do COREDE. A rede de estradas vicinais, que serve as localidades dessa Região, é pouco densa, influenciando no maior relacionamento de Tupanciretã e entorno com Cruz Alta, no COREDE Alto Jacuí, do que com Santa Maria.

1.4.2. Infraestrutura de energia e comunicações

De acordo com o Balanço Energético 2013 da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), o Central posiciona-se em décimo primeiro lugar entre os COREDEs do Estado relativamente ao consumo de energia, que é de 766.273.760 kWh, o que representa 2,8% do total. Dezenove municípios compõem esse COREDE, sendo que apenas Santa Maria é responsável por dois terços do seu consumo energético, com 68% do total, seguido por Agudo (7,8%) e Faxinal do Soturno (6,3%).

Os municípios são atendidos em sua maior parte pela empresa AES Sul, enquanto uma pequena parte é servida pela empresa Rio Grande Energia S.A. (RGE) e, de acordo com o estudo Rumos 2015, em 2004, havia linhas de média e baixa transmissão cortando a Região, que atendiam satisfatoriamente o baixo consumo registrado na mesma, com exceção de Santa Maria, onde se concentram os gargalos em transmissão energética. Também com exceção de Santa Maria, o desatendimento por redes de abastecimento rural ocorre com altos índices em muitos dos municípios.

As comunicações desse COREDE, de acordo com o Censo 2010, apontam 37,8% dos domicílios com acesso à internet; 89,5%, com celulares; e 42,3%, com telefonia fixa; enquanto as médias estaduais são de, respectivamente, 33,9%, 90,7% e 39,3%. Quanto à telefonia fixa, o município de Santa Maria a tem presente em mais da metade dos domicílios (51,9%). No meio rural, toda a faixa a oeste da Região tem atendimentos muito baixos, com menos de cinco telefones por 100 domicílios.

1.5. Condições ambientais e de saneamento

O COREDE Central está localizado em uma região geomorfológica de contato entre o Planalto Meridional e a Depressão Periférica. Apresenta boa disponibilidade de recursos hídricos, contando com uma malha hidrográfica superficial formada, na maior parte, por rios e arroios e quatro sub-bacias coletoras: a dos rios Ibicuí e Ijuí, afluentes da Bacia do Uruguai, e a dos rios Vacacaí-Vacacaí Mirim e Alto Jacuí, afluentes da Bacia do Guaíba. Os contribuintes que formam essas bacias e drenam o território diluem os despejos dos esgotos dos núcleos urbanos e das indústrias e agroindústrias locais, incluindo frigoríficos e abatedouros, e recebem também contaminantes oriundos das atividades agrícolas e pecuárias, principalmente na forma de resíduos de

exploração de uma pedreira, e o trecho de 14,9 quilômetros da ERS-348-BR-158 está com a obra concluída e sinalização, faltando somente a inauguração. O trecho de 28,7 quilômetros entre Nova Palma e Pinhal Grande, que dá acesso à RS-287, está com pendência de desapropriação de 1 quilômetro.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

fertilizantes e agrotóxicos ligados aos cultivos de arroz (sul do COREDE), soja (norte), milho, fumo, batata inglesa entre outras culturas (centro) e também dejetos originários da criação de bovinos, suínos e aves.

Dentro desse contexto, é importante registrar a presença de duas barragens para geração de energia elétrica: a Barragem de Dona Francisca²², no município de Nova Palma, com capacidade de geração de energia elétrica de 125MW e reservatório de 20km²; e a Barragem de Itaúba²³, no município de Pinhal Grande, com capacidade de geração de energia elétrica de 500MW e reservatório de 13,29km², ambas no Rio Jacuí, conforme demonstrado na Figura 8.

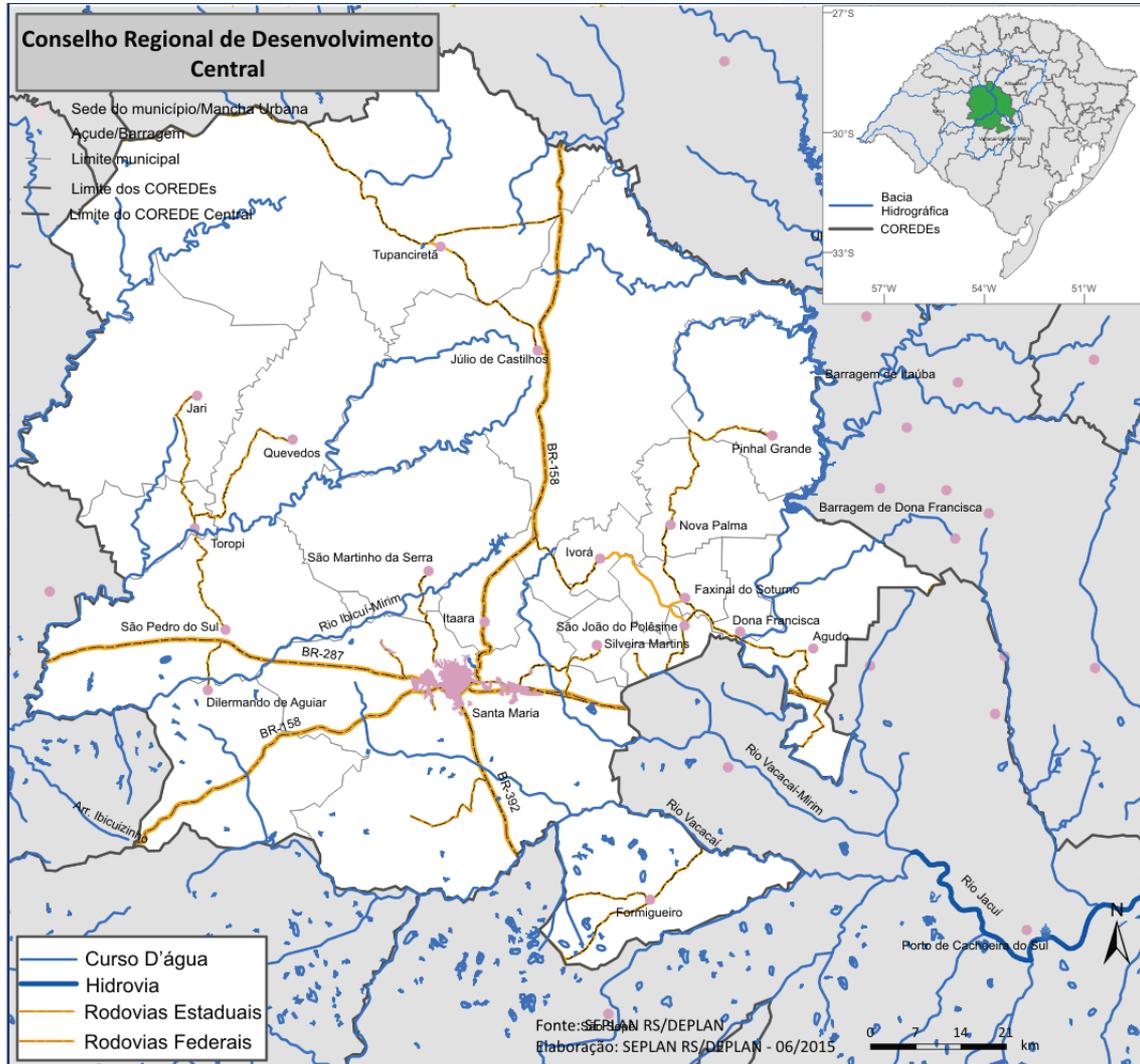
²²Segundo a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a UHE Dona Francisca no Rio Jacuí apresenta capacidade de geração de energia elétrica de 125MW e um reservatório de 20km². Disponível em: <<http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx?CC=1911>>. Acesso em: 29.07.2015.

²³ A UHE Itaúba localizada no município de Pinhal Grande tem uma capacidade total de geração de energia elétrica de 500MW, somadas as quatro unidades geradoras de 125 MW, e seu reservatório ocupa uma área de 13,29km². In: CEEE-GT. Plano de Uso e Ocupação do Solo no Entorno do Reservatório da UHE Itaúba – Zoneamento Final e Plano Preliminar de Uso e Ocupação do Solo no Entorno do Reservatório da UHE Itaúba. Março 2011).



Govorno do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Figura 8: Mapa da rede hidrográfica do COREDE Central



Um dos principais problemas ligados ao recurso água na Região diz respeito à sua disponibilidade. A formação geológica-geomorfológica e a ocorrência de repetidos períodos de estiagens e secas nos últimos anos têm agravado os problemas de escassez. Os registros de desastres naturais na Região entre 1991 e 2010 destacam a ocorrência de estiagens e secas em todos os municípios, com ênfase para os municípios de Tupanciretã e Júlio de Castilhos. As inundações bruscas e a ocorrência de vendavais ou ciclones também aparecem em quase todos os municípios.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Tabela 1: Registros de desastres naturais por evento nos municípios do COREDE Central – 1991 a 2010

Município	Vendaval ou Ciclone	Tornado	Granizo	Geada	Incêndio Florestal	Inundação Gradual	Inundação Brusca	Estiagem e Seca	Movimentos de Massa	Erosão Fluvial
Agudo	2						3	5		
Dilermando de Aguiar						1		4		
Dona Francisca	2		2			2	4	2		
Faxinal do Soturno	4		3			2	6	4		
Formigueiro	1		2			3		3		
Itaara	3		4			2	4	4		
Ivorá	2		2				6	6		
Jari			2			3		6		
Júlio de Castilhos	5		3			5		10		
Nova Palma	1		1			1	4	7		
Pinhal Grande							4	7		
Quevedos	1		1				2	7		
Santa Maria	5		4			1	2	7		
São João do Polêsine	1		1			3	3	1		
São Martinho da Serra	3						1	6		
São Pedro do Sul	5		1				3	4		
Silveira Martins	2		2				5	4		
Toropi								3		
Tupanciretã	4					1	1	11		
RS	654	8	405	4	1	371	832	2643	5	1

Fonte: ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS 1991 A 2010: VOLUME RIO GRANDE DO SUL. CPED UFSC, 2011
Registros de desastres naturais por evento nos municípios do RS no período de 1991 a 2010

As estiagens periódicas em épocas de grande demanda por recursos hídricos pelas lavouras ou criação de animais, nos meses de verão, fazem a oferta de água diminuir drasticamente, levando ao estabelecimento de conflitos crescentes pelo uso do recurso. O abastecimento urbano de água reflete as condições gerais de disponibilidade do recurso e indica que há necessidade de ampliação do sistema em oito dos 19 municípios do COREDE e novo manancial em um município. Somente os núcleos urbanos de Agudo, Dona Francisca, Formigueiro, Santa Maria e Silveira Martins utilizam mananciais superficiais para abastecimento, e os núcleos urbanos de Itaara e São João do Polêsine utilizam mananciais mistos. Os demais núcleos utilizam mananciais subterrâneos²⁴, conforme demonstrado na Figura 9.

²⁴ AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Atlas Brasil:** Abastecimento Urbano de Água. 2010. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>>. Acesso em: 28.07.2015.



Figura 9: Mapa da situação do abastecimento urbano de água no COREDE Central – 2010

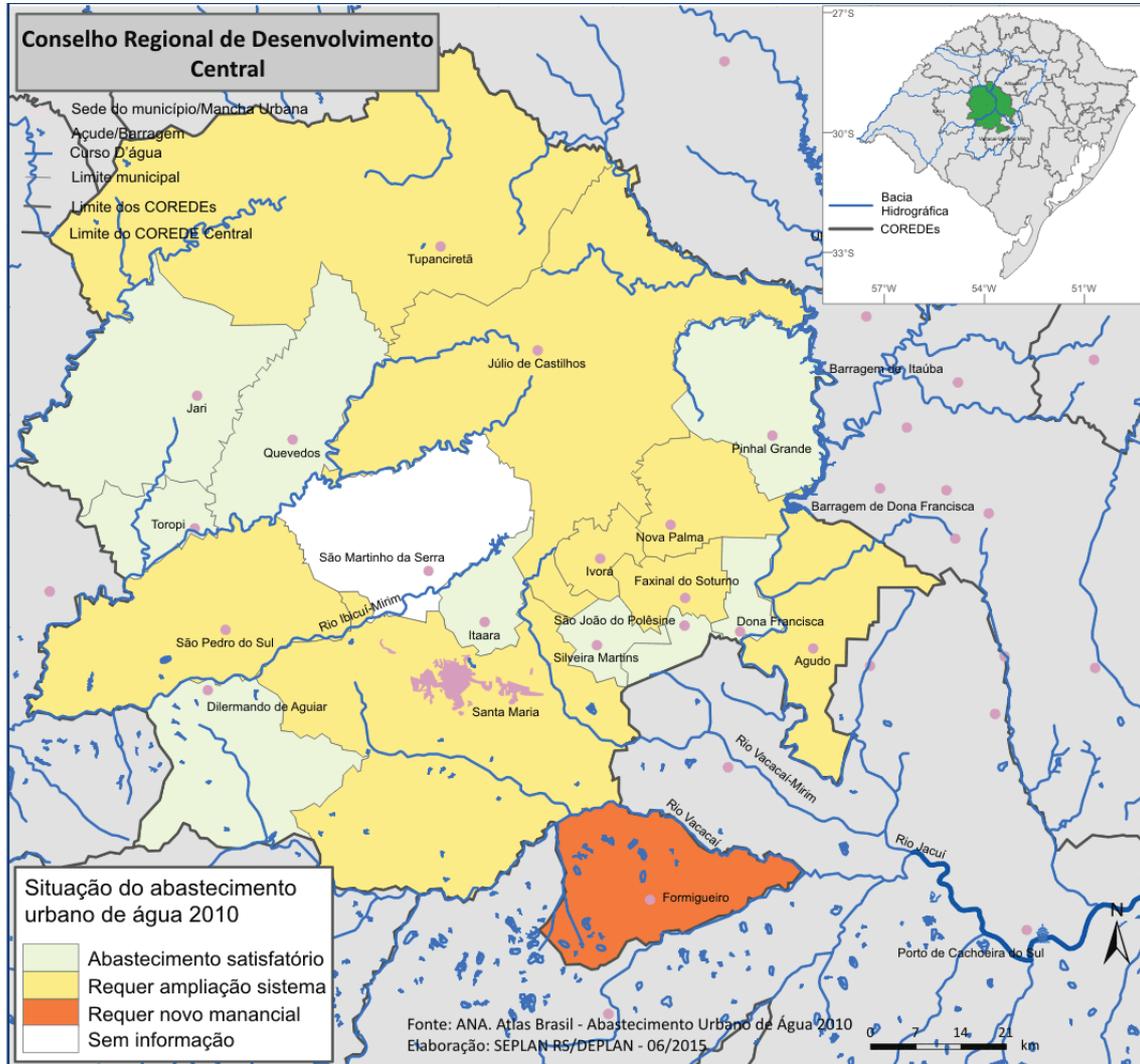
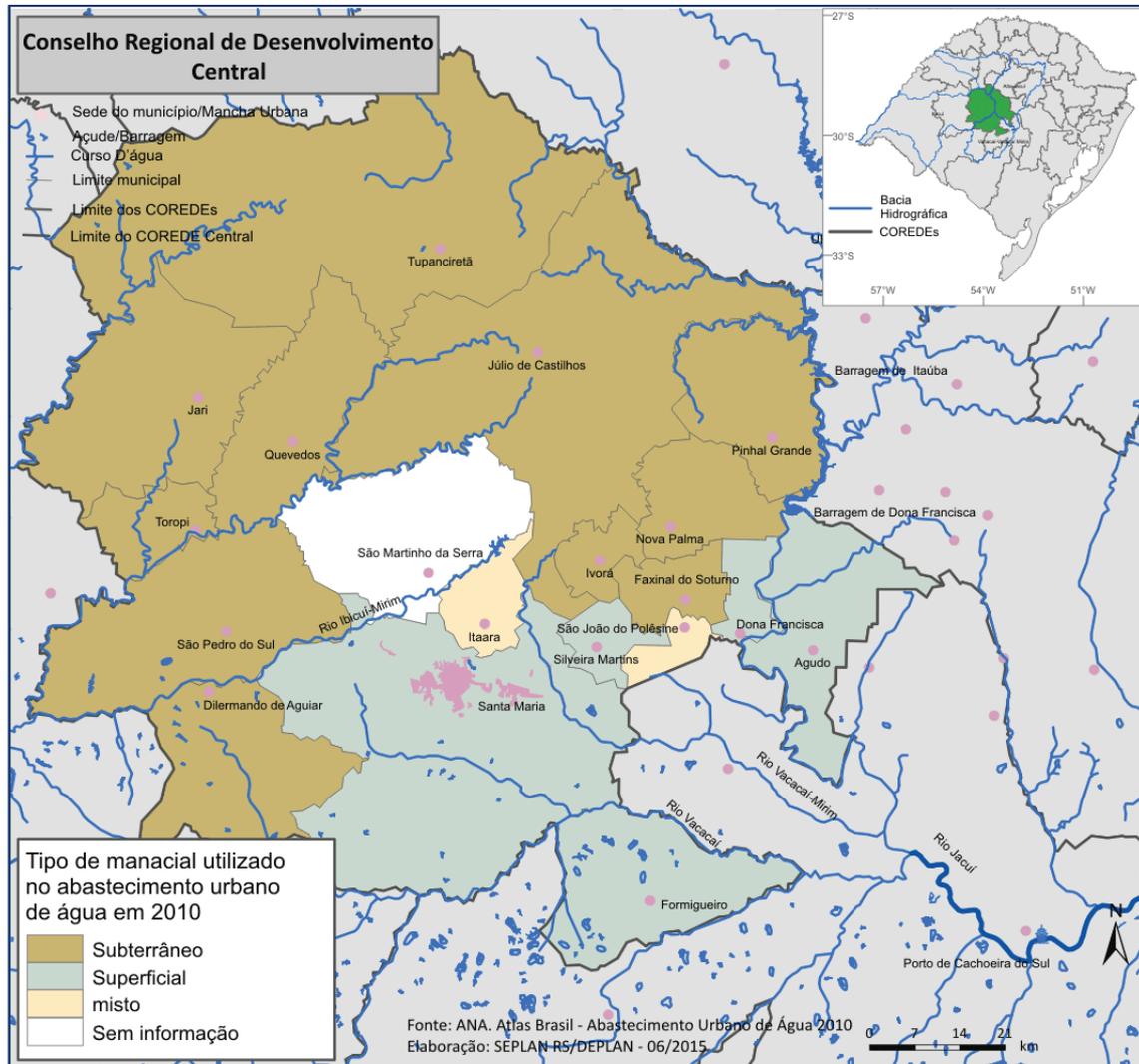




Figura 10: Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água no COREDE Central – 2010



A escassez crescente de água é uma tendência e pode inviabilizar atividades econômicas e sociais, prejudicando o desenvolvimento regional. Por isso, as ações de gestão para o uso racional do recurso são cada vez mais importantes no caso do COREDE Central, onde mais da metade dos municípios apresentam necessidade de ampliação ou novo manancial para abastecimento urbano, entre eles um grande demandante de água: Santa Maria, núcleo urbano com mais de 250.000 habitantes.

O aproveitamento agrícola do solo também é prejudicado pela ocorrência de estiagens e secas, especialmente onde há expansão de culturas temporárias como a soja em ambientes de encostas. As culturas temporárias podem promover o aumento do consumo de água e contribuir para o desmatamento e para alguns processos de degradação dos solos. Por isso, é importante para a Região a promoção da recuperação da vegetação das encostas de morros e das matas ciliares a fim de



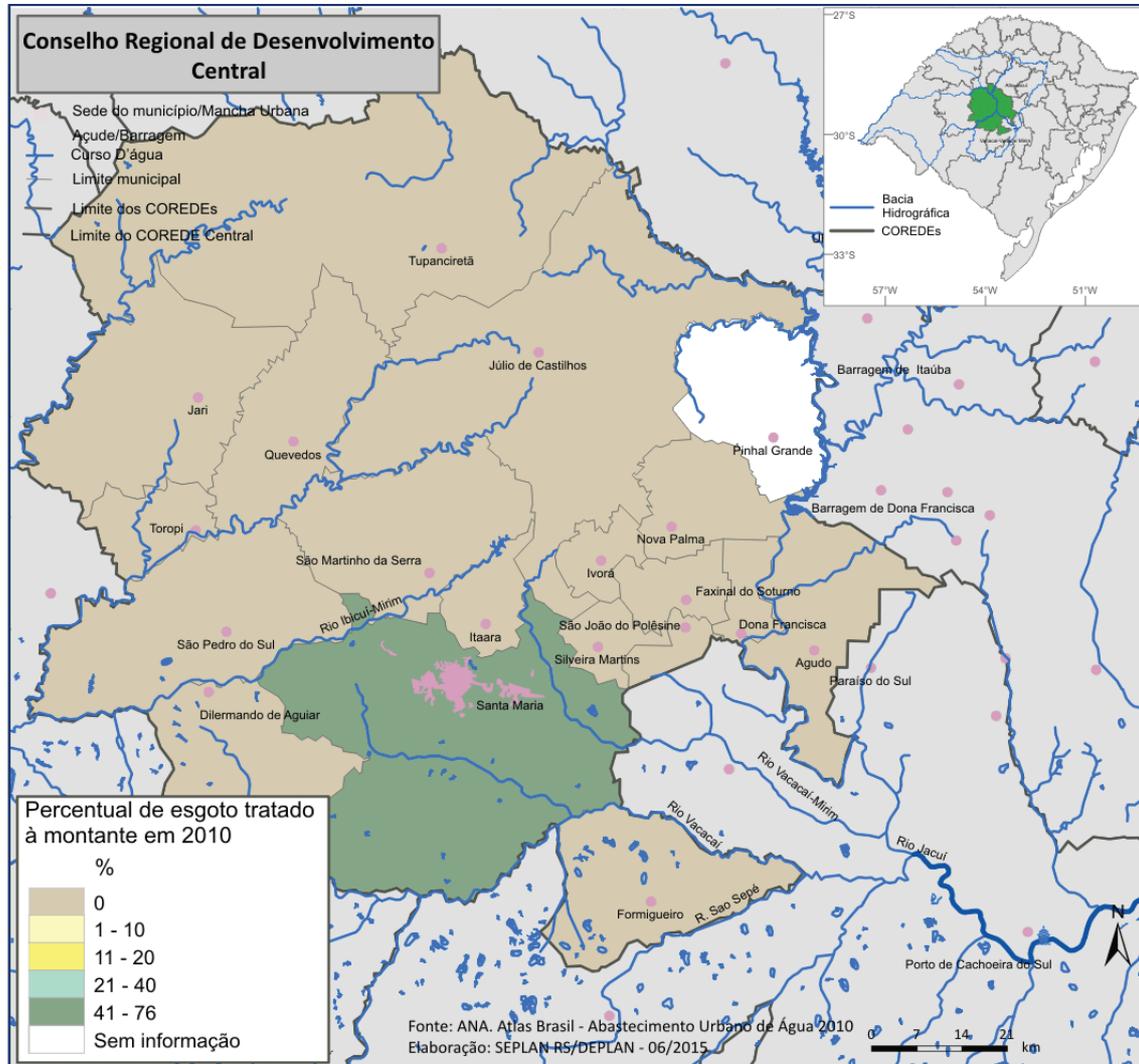
proteger o solo da erosão e a rede de drenagem superficial, viabilizando o aumento da produção e da produtividade na Região através de técnicas adequadas de conservação do solo e da água. Também é reconhecida a necessidade de preservação e recuperação dos resquícios de Mata Atlântica e da fauna do Bioma por meio da criação ou manutenção de áreas de pesquisa e de parques e reservas.

Em relação ao saneamento básico, sabe-se que a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos. Na Região, os serviços de água²⁵ e esgoto são prestados pela CORSAN em treze dos dezenove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Santa Maria, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã. Em cinco municípios, os serviços são prestados pelos Departamentos Municipais de Águas: Dilermando de Aguiar, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São João do Polêsine. Santa Maria é o único município do COREDE com esgoto tratado atingindo o percentual de 76%. Os demais municípios não contam com esgoto tratado ou não apresentaram informação.

²⁵ Os tipos de tratamento de água realizados no Estado podem variar entre tratamento convencional; não convencional; simples desinfecção (cloração e outros) e com fluoretação. Em geral, os tratamentos mais completos estão restritos às áreas urbanas.



Figura 11: Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água no COREDE Central – 2010



Os dados do Censo Demográfico 2010, apresentados na Tabela 2, demonstram que o COREDE apresenta, em média, 62% dos domicílios ligados à rede geral de água, percentual abaixo das médias do Estado e do Brasil. Ao examinar as taxas dos municípios, constata-se que as mesmas variam de 35% (Dilermando Aguiar) a 91,4% (Santa Maria), o que demonstra uma oscilação na prestação desse serviço essencial e a necessidade de empreender maior esforço para sua universalização. Esses dados indicam também que persistem outras formas de abastecimento nos domicílios desse COREDE, como a utilização de poço ou nascente na propriedade ou fora dela, rio, açude e lago.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, o COREDE apresenta, em média, 44,65% dos domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica, percentual inferior à média do Estado e do Brasil. No entanto, ao examinar as



taxas dos municípios de forma isolada, constata-se que as mesmas apresentam variação de 0,37% (Toropi) a 84,26% (Santa Maria).

Em relação à coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, a taxa média do COREDE é de 73,54%, abaixo das taxas médias do Estado e do Brasil. As taxas municipais desse COREDE possuem valores que variam entre 24,94% (Jari) e 97,90% (Santa Maria), condição que evidencia a necessidade de orientar ações para atingir a universalização desse serviço, principalmente nas áreas consideradas de difícil acesso. A gestão dos resíduos sólidos costuma ser um problema para os pequenos municípios, principalmente no que tange ao manejo e à disposição final. Assim, deve-se registrar que todos os municípios do COREDE Central participam do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado (CIRC). A sede do Consórcio está localizada em Santa Maria, para onde os resíduos são transportados e têm a sua disposição final. O Consórcio atende uma população aproximada de 593.777 habitantes entre todos os municípios participantes²⁶.

A coleta seletiva domiciliar ocorre em quatro dos dezenove municípios do COREDE, condição que auxilia na diminuição dos volumes destinados aos aterros sanitários e aterros controlados. Segundo a PNSB²⁷, em 2008, Ivorá, Nova Palma, Santa Maria e Toropi já realizavam a coleta seletiva. É importante ressaltar que persistem ainda, em quase todos os municípios, práticas inadequadas na destinação do lixo.

²⁶ Municípios participantes do CIRC: Agudo, Caçapava do Sul, Cacequi, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santiago, Santa Maria, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda e Vila Nova do Sul. (In: PERS 2015-2034: Tabela 17 - Consórcios públicos atuantes na gestão de resíduos sólidos urbanos no Estado).

²⁷ IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Tabela 2: Percentual de domicílios segundo os serviços de saneamento básico de abastecimento de água; coleta de esgotos e de lixo (2010)

Municípios	% de Domicílios		
	Ligados à rede geral de água 2010	Com banheiro ou sanitário ligado a rede geral ou fossa séptica 2010	Com coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba 2010
Agudo	47,93	69,70	68,68
Dilermando de Aguiar	35,01	80,20	41,25
Dona Francisca	61,08	55,96	89,06
Faxinal do Soturno	67,76	72,02	87,36
Formigueiro	46,45	16,77	80,12
Itaara	70,22	55,60	95,79
Ivorá	60,88	73,43	92,85
Jari	50,87	10,32	24,94
Júlio de Castilhos	85,42	48,45	87,00
Nova Palma	65,51	59,46	81,81
Pinhal Grande	69,71	65,61	47,52
Quevedos	56,62	11,50	35,25
Santa Maria	91,44	84,26	97,90
São João do Polêsine	43,74	6,55	95,09
São Martinho da Serra	46,84	3,47	45,24
São Pedro do Sul	70,63	47,31	77,98
Silveira Martins	52,89	43,17	91,14
Toropi	70,82	0,37	77,97
Tupanciretã	84,12	44,18	80,35
Média COREDE	62,00	44,65	73,54
RS	85,33	74,57	92,08
BR	82,85	67,06	87,41



2. INICIATIVAS PROMISSORAS PARA A REGIÃO

Com base nessa caracterização e em trabalhos anteriores²⁸, pode-se destacar como iniciativas promissoras para a Região:

2.1. Consolidação do polo irradiador de desenvolvimento em Santa Maria

O município de Santa Maria, embora ainda possua poucas empresas ligadas às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), possui inúmeras potencialidades no setor. Além de possuir grande densidade de universidades e grupos de pesquisa ligados ao setor, também conta com incubadoras tecnológicas, um polo tecnológico e um APL com atuação na área. A atração dessas empresas pode gerar um efeito irradiador, beneficiando os demais municípios do COREDE.

Santa Maria também já se constitui em um importante polo de Saúde e Educação, com estruturas que são referenciais na formação e no atendimento à população nessas áreas. A capacidade formadora e de atendimento pode reforçar o papel da cidade como referência para outras regiões do Estado.

Proposta: Fortalecimento da relação entre as universidades locais e as empresas nos segmentos de alta tecnologia. Essa integração deve ocorrer a partir do apoio à instalação de incubadoras, ao polo tecnológico e ao APL com atuação no setor. Fomento à instalação do parque tecnológico ligado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Estímulo à propagação de cursos nas áreas de ciência e tecnologia e saúde, bem como reforço do papel de referência de serviços de saúde de maior complexidade.

2.2. Apoio ao turismo da Região

A Região apresenta inúmeras potencialidades no setor, especialmente na Quarta Colônia, com o turismo rural, ecoturismo e paleobotânico. Além disso, se constitui em um importante polo de turismo religioso e cultural que pode atrair turistas das regiões vizinhas. Também possui o Museu Internacional de Ufologia, História e Ciência em Itaara.

Proposta: Algumas ações são fundamentais para o desenvolvimento do turismo na Região, como o fortalecimento da gestão pública e privada do turismo e a capacitação de profissionais através da criação de cursos técnicos e de graduação voltados ao turismo. Ações na área da infraestrutura, como a organização dos acervos turísticos, a melhoria na sinalização das estradas e de conservação das rodovias também devem ocorrer. A divulgação dos atrativos da Região deve se dar através de materiais produzidos pela Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer. A Rota

²⁸ Entre os estudos já elaborados podem ser destacados o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, os Cadernos de Regionalização do PPA 2016-2019, os Planos Estratégicos dos COREDEs, o Atlas Socioeconômico do RS e o RS 2030.



Paleobotânica que integra o patrimônio existente na Quarta Colônia, Santa Maria e dos vizinhos municípios de Mata e São Pedro do Sul, no COREDE Vale do Jaguari, deve ser mais bem estruturada e estimulada.

2.3. Apoio ao desenvolvimento da agroindústria

Os municípios do sul e leste da Região, que possui a estrutura produtiva mais diversificada e assentada na pequena propriedade, devem ter essas atividades incentivadas, com estímulo à assistência técnica, produção rural, melhoria da infraestrutura rural e agroindústrias.

Propostas: Fomento à inovação e à tecnologia utilizando-se programas existentes como o de **Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária**, que pode agregar valor aos produtos regionais através da pesquisa. Outro programa importante para a Região é o de **Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho**, que visa apoiar e fomentar o desenvolvimento econômico do Estado por meio do cooperativismo, do adensamento das cadeias produtivas locais, da autogestão e do aprendizado coletivo. Outro programa promissor para a Região é o de **Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável**, que abrange uma série de ações, dentre as quais se destaca a de Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar. Para a estruturação das cadeias produtivas, pode ser destacado o programa **Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias**, com ações como a de Apoio e Articulação para a Gestão e Qualificação de Cadeias Produtivas Agropecuárias e a de Boas Práticas para o Solo.

Também é fundamental o desenvolvimento de ações para qualificar a infraestrutura rural, como incentivo à permanência da população no campo, utilizando-se o programa de **Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural**, com ações fundamentais, como a de Apoio e Ampliação da Infraestrutura Rural, Apoio para Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural e de Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas.

2.4. Aumento da competitividade da produção agrícola

A região possui muitos municípios que produzem soja e arroz em lavouras empresariais. Nesse sentido, ainda há margem para aumento da produtividade, com uso de irrigação e integração com outras atividades. Devem ser combinadas ações de incentivo à produção e de racionalização da mesma.

Proposta: Entre as ações possíveis podem ser destacadas as de incentivo ao crédito ao setor rural, principalmente voltado à ampliação da irrigação e da adoção de novas tecnologias de produção, de implantação de reservatórios para irrigação, de monitoramento hidrológico para controle e outorga do uso da água, de fortalecimento do controle e defesa agropecuária, de estímulo à redução do uso de agroquímicos, de restauração das matas ciliares, de controle e outorga do uso das águas e de pesquisa de novos cultivares para irrigação e incentivo a sistemas de plantio eficientes no uso da água para o cultivo do arroz.



3. QUESTÕES QUE MERECEM ATENÇÃO ESPECIAL

3.1. Deficiências na infraestrutura de transportes

Embora seja um entroncamento rodoferroviário e possua Aeroporto Civil e Militar de porte, a Região ainda apresenta deficiência de conexões de transportes. Cinco municípios do COREDE não apresentam acesso asfáltico. Além disso, chama a atenção a ausência de estradas pavimentadas entre Santa Maria e Tupanciretã, no quadrante oeste do COREDE. A rede de estradas vicinais que serve as localidades desse setor é pouco densa e não pavimentada, inclusive influenciando no maior relacionamento de Tupanciretã e entorno com Cruz Alta, do COREDE Alto Jacuí, do que com Santa Maria. O modal ferroviário poderia ser mais bem aproveitado, integrado ao rodoviário.

3.2. Baixos indicadores de saneamento

Santa Maria é o único município do COREDE com esgoto tratado atingindo o percentual de 76%. Os demais municípios não contam com esgoto tratado ou não apresentaram informação. Além disso, a Região apresenta percentual de domicílios ligados à rede geral de água, com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica e com coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba inferiores às médias estaduais.

3.3. Secas e estiagens periódicas

As estiagens periódicas em épocas de grande demanda por recursos hídricos pelas lavouras ou criação de animais, nos meses de verão, fazem a oferta de água diminuir drasticamente, levando ao estabelecimento de conflitos crescentes pelo uso do recurso. É importante para a Região a promoção da recuperação da vegetação das encostas de morros e das matas ciliares para proteger o solo da erosão e a rede de drenagem superficial, viabilizando o aumento da produção e da produtividade na Região através de técnicas adequadas de conservação do solo e da água. Ações de gestão para o uso racional do recurso são cada vez mais importantes no COREDE Central.

3.4. Baixos indicadores sociais relativos à educação, saúde e renda

No que se refere à educação, a taxa de matrícula na Pré-Escola se encontra abaixo da média estadual. Na saúde, o indicador mais preocupante se refere à taxa de mortalidade de menores de cinco anos e número de consultas pré-natal por nascidos vivos, acima da média estadual. O PIB *per capita* e a renda domiciliar *per capita* também apresentam baixos valores.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

3.5. Mudanças na estrutura etária da população

A existência de um número cada vez mais significativo de população em idade avançada é motivo de atenção adicional ao sistema de saúde, uma vez que essa população requer tratamentos mais complexos e caros, além de estruturas urbanas e de lazer adaptadas a essas características.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

4. ANEXOS



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Perfil Socioeconômico do COREDE Central*

População Total (2010): 391.633 habitantes

Área: 12.395,9 km²

Densidade Demográfica (2010): 31,6 hab/km²

Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010): 4,26 %

Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,82 anos

Coefficiente de Mortalidade Infantil (2012): 10,90 por mil nascidos vivos

PIBpm(2012): R\$ mil 7.368.501

PIB per capita (2012): R\$ 18.714

Exportações Totais (2014): U\$ FOB 59.173.721

* Fonte: FEE

População total, urbana e rural - 2010 COREDE Central

Municípios	População		
	Total	Urbana	Rural
Agudo	16.722	6.889	9.833
Dilermando de Aguiar	3.064	991	2.073
Dona Francisca	3.401	2.146	1.255
Faxinal do Soturno	6.672	4.175	2.497
Formigueiro	7.014	2.769	4.245
Itaara	5.010	3.968	1.042
Ivorá	2.156	705	1.451
Jari	3.575	613	2.962
Júlio de Castilhos	19.579	16.106	3.473
Nova Palma	6.342	3.083	3.259
Pinhal Grande	4.471	1.895	2.576
Quevedos	2.710	852	1.858
Santa Maria	261.031	248.347	12.684
São João do Polêsine	2.635	1.354	1.281
São Martinho da Serra	3.201	942	2.259
São Pedro do Sul	16.368	11.929	4.439
Silveira Martins	2.449	1.091	1.358
Toropi	2.952	611	2.341
Tupanciretã	22.281	18.020	4.261
COREDE	391.633	326.486	65.147
Estado	10.693.929	9.100.291	1.593.638

Fonte: IBGE



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

PIB e PIB per capita do COREDE Central - 2012

Municípios/COREDE/Estado	PIB R\$ mil	% do COREDE	% do Estado	PIB <i>per capita</i>	
				R\$	Posição Estado
Agudo	321.902,20	4,37	0,12	19.377,69	256
Dilermando de Aguiar	65.301,30	0,89	0,02	21.452,46	209
Dona Francisca	54.038,22	0,73	0,02	16.247,21	338
Faxinal do Soturno	127.931,56	1,74	0,05	19.246,51	263
Formigueiro	109.994,40	1,49	0,04	15.881,37	351
Itaara	63.364,78	0,86	0,02	12.483,21	456
Ivorá	31.970,15	0,43	0,01	15.187,72	370
Jari	73.195,75	0,99	0,03	20.624,33	228
Júlio de Castilhos	504.649,42	6,85	0,18	25.941,98	124
Nova Palma	156.475,86	2,12	0,06	24.653,51	137
Pinhal Grande	100.578,50	1,36	0,04	22.688,58	184
Quevedos	64.074,38	0,87	0,02	23.617,54	157
Santa Maria	4.682.859,04	63,55	1,69	17.760,84	293
São João do Polêsine	45.907,11	0,62	0,02	17.848,80	290
São Martinho da Serra	83.505,68	1,13	0,03	26.136,36	121
São Pedro do Sul	238.158,23	3,23	0,09	14.633,38	392
Silveira Martins	29.410,95	0,40	0,01	12.173,41	465
Toropi	39.184,50	0,53	0,01	13.437,76	434
Tupanciretã	575.998,91	7,82	0,21	25.619,31	127
COREDE	7.368.500,91	100,00	2,65	18.713,65	18
Estado	277.657.665,66	-	100,00	25.779,21	-

Fonte: IBGE/FEE



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Estrutura Produtiva do COREDE Central - 2012

Municípios	Valor Adicionado Bruto (R\$ mil)				Estrutura (%)		
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agro	Ind	Ser
Agudo	294.920	76.971	66.346	151.603	26,1	22,5	51,4
Dilermando de Aguiar	63.924	28.643	9.582	25.698	44,8	15,0	40,2
Dona Francisca	51.140	13.021	10.671	27.448	25,5	20,9	53,7
Faxinal do Soturno	115.928	10.655	32.790	72.484	9,2	28,3	62,5
Formigueiro	105.018	34.839	14.574	55.606	33,2	13,9	52,9
Itaara	60.242	8.224	11.573	40.444	13,7	19,2	67,1
Ivorá	31.196	8.155	1.584	21.456	26,1	5,1	68,8
Jari	71.429	36.134	2.531	32.764	50,6	3,5	45,9
Júlio de Castilhos	458.314	88.599	31.514	338.201	19,3	6,9	73,8
Nova Palma	143.798	21.042	28.090	94.666	14,6	19,5	65,8
Pinhal Grande	97.191	21.872	27.006	48.313	22,5	27,8	49,7
Quevedos	60.939	26.594	2.664	31.681	43,6	4,4	52,0
Santa Maria	4.238.397	89.080	656.092	3.493.225	2,1	15,5	82,4
São João do Polêsine	42.967	8.919	5.029	29.019	20,8	11,7	67,5
São Martinho da Serra	79.401	36.710	4.058	38.633	46,2	5,1	48,7
São Pedro do Sul	225.654	47.584	33.578	144.491	21,1	14,9	64,0
Silveira Martins	28.105	6.678	2.376	19.051	23,8	8,5	67,8
Toropi	37.851	14.668	2.539	20.644	38,8	6,7	54,5
Tupanciretã	528.011	111.751	47.940	368.320	21,2	9,1	69,8
COREDE	6.734.425	690.140	990.537	5.053.748	10,2	14,7	75,0
Estado	238.239.556	20.109.471	60.068.932	158.061.152	8,4	25,2	66,3

Fonte: IBGE/FEE



Govorno do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Valor Adicionado Bruto das atividades da agropecuária - 2012
COREDE Central

Municípios	Estrutura (%)											
	Cereais para grãos	Cana-de-açúcar	Soja em grão	Outros produtos LT, Horticult, viveiro serv. relacionados	Frutas cítricas	Café	Outros produtos da LP	Bovinos e outros animais	Suínos	Aves	Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	Pesca
Agudo	32,8	0,3	0,2	53,4	0,7	0,0	0,7	6,4	2,3	1,7	1,6	0,0
Dilermando de Aguiar	24,9	0,2	20,3	7,5	0,3	0,0	0,5	40,9	0,6	1,1	3,7	0,0
Dona Francisca	58,3	3,0	0,5	17,0	1,0	0,0	0,5	10,1	2,8	2,8	4,1	0,0
Faxinal do Soturno	33,4	4,2	3,0	24,1	0,6	0,0	2,5	19,7	3,5	4,0	5,1	0,0
Formigueiro	56,7	0,3	3,3	8,6	0,9	0,0	0,7	25,3	0,7	1,2	2,1	0,2
Itaara	11,0	0,5	21,4	31,2	1,0	0,0	5,9	16,1	1,4	3,6	7,9	0,0
Ivorá	9,8	2,8	7,9	41,7	4,1	0,0	3,3	20,1	2,7	3,6	4,0	0,0
Jari	13,7	0,2	35,5	16,8	0,4	0,0	0,4	29,6	0,9	1,6	1,0	0,0
Júlio de Castilhos	15,0	0,0	48,2	14,8	0,6	0,0	1,0	16,8	0,9	0,7	2,0	0,0
Nova Palma	9,8	1,2	9,7	36,5	2,6	0,0	5,0	24,7	3,8	2,9	3,8	0,0
Pinhal Grande	11,4	0,2	16,6	26,2	1,3	0,0	5,6	32,6	2,3	2,6	1,1	0,0
Quevedos	6,7	0,0	43,4	14,6	0,5	0,0	0,3	28,0	1,0	1,2	4,4	0,0
Santa Maria	23,2	0,2	15,9	17,1	0,3	0,0	0,5	34,0	1,2	2,5	5,1	0,0
São João do Polêsine	49,5	2,8	1,3	8,7	1,4	0,0	4,3	17,6	2,0	6,1	5,2	1,1
São Martinho da Serra	9,6	0,0	58,0	7,7	0,5	0,0	0,5	20,4	0,9	1,1	1,3	0,0
São Pedro do Sul	18,4	0,5	4,5	34,4	1,4	0,0	1,3	32,1	1,9	2,7	2,7	0,0
Silveira Martins	2,0	0,7	16,8	39,0	1,7	0,0	5,7	21,0	3,1	3,7	6,3	0,0
Toropi	7,1	0,4	1,4	55,9	1,2	0,0	0,7	22,0	5,1	4,1	2,2	0,0
Tupanciretã	19,1	0,0	46,0	7,4	0,1	0,0	0,2	24,2	0,9	0,9	1,1	0,0
COREDE	21,7	0,4	25,1	21,4	0,7	0,0	1,1	23,7	1,5	1,8	2,6	0,0
Estado	19,4	0,8	10,2	14,4	1,0	0,0	3,9	26,1	4,5	15,2	4,1	0,6

Fonte: FEE

LT: Lavoura Temporária

LP: Lavoura Permanente



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Valor Adicionado Bruto das atividades da indústria - 2012 COREDE Central

Municípios	Estrutura Industrial (%)			
	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	Construção Civil
Agudo	0,1	40,4	40,7	18,8
Dilermando de Aguiar	66,6	0,0	10,4	23,0
Dona Francisca	0,0	72,5	8,3	19,2
Faxinal do Soturno	0,0	47,9	35,5	16,6
Formigueiro	0,6	52,7	18,6	28,1
Itaara	43,8	4,6	19,9	31,7
Ivorá	0,0	4,7	11,6	83,7
Jari	0,0	0,0	12,1	87,9
Júlio de Castilhos	0,2	15,4	20,5	64,0
Nova Palma	0,3	40,5	39,6	19,5
Pinhal Grande	0,3	0,2	85,2	14,3
Quevedos	0,0	0,1	24,4	75,5
Santa Maria	0,3	39,2	19,1	41,5
São João do Polêsine	0,0	43,6	14,4	42,0
São Martinho da Serra	0,2	1,0	39,1	59,7
São Pedro do Sul	0,0	42,4	15,9	41,8
Silveira Martins	0,8	19,8	18,6	60,9
Toropi	0,0	0,1	31,5	68,4
Tupanciretã	0,0	33,1	22,1	44,8
COREDE	1,4	36,8	23,4	38,4
Estado	0,8	69,2	11,7	18,2

Fonte: FEE



Govorno do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

Valor Adicionado Bruto das atividades dos serviços - 2012 - 2012
COREDE Central

Municípios	Estrutura dos Serviços (%)								
	Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação	Alojamento Alimentação	Transportes, armazenagem e correio	Intermediação Financeira às Empresas	Serviços Prestados às Empresas	Atividades Imobiliárias e Aluguéis	Admin. Pública	Saúde e Educação Mercantil	Demais Serviços
Agudo	12,9	1,7	6,5	8,8	8,4	8,8	40,7	2,6	9,5
Dilermando de Aguiar	8,5	1,1	8,6	0,0	11,2	7,3	52,1	0,1	11,1
Dona Francisca	6,7	0,9	7,4	2,7	8,4	14,9	48,8	0,4	9,9
Faxinal do Soturno	11,5	1,5	6,1	17,4	7,2	6,9	33,4	6,4	9,6
Formigueiro	10,8	1,4	6,4	6,8	8,5	10,0	46,8	0,4	8,9
Itaara	7,9	1,0	3,6	0,0	6,7	20,0	52,3	0,8	7,7
Ivorá	2,8	0,4	2,8	24,9	6,5	7,9	44,1	3,0	7,4
Jari	12,3	1,6	6,5	0,7	9,8	11,7	47,1	0,2	10,1
Júlio de Castilhos	41,5	5,4	4,3	5,7	6,1	6,3	21,7	1,2	7,7
Nova Palma	31,8	4,2	5,0	11,9	6,4	4,8	27,2	1,7	7,0
Pinhal Grande	17,7	2,3	3,7	6,0	7,0	10,1	42,0	3,5	7,6
Quevedos	29,3	3,8	6,0	0,0	8,6	4,5	38,6	0,1	9,0
Santa Maria	19,6	2,6	3,9	8,6	5,4	15,3	26,8	9,8	8,0
São João do Polésine	19,5	2,6	3,8	14,5	6,6	5,7	38,9	0,1	8,2
São Martinho da Serra	29,1	3,8	6,9	0,0	9,2	5,0	36,5	0,0	9,5
São Pedro do Sul	10,8	1,4	4,5	12,3	7,0	13,1	41,9	1,1	7,8
Silveira Martins	10,6	1,4	4,3	4,0	6,6	5,6	58,6	1,0	8,0
Toropi	12,6	1,6	4,9	0,0	8,2	7,3	56,3	0,2	8,8
Tupanciretã	36,3	4,8	4,7	8,2	6,4	7,0	24,0	1,2	7,5
COREDE	21,6	2,9	4,3	8,4	5,9	13,0	28,7	7,2	8,0
Estado	21,3	2,8	8,1	9,6	6,8	10,1	25,7	6,1	9,4

Fonte: FEE

Estrutura de atividades da indústria de transformação - 2013
COREDE Central

Descrição*	Estrutura (%)	
	COREDE	Estado
Indústrias de Transformação	100,00	100,00
Produtos Alimentícios	60,82	20,93
Moagem, Fabricação de Produtos Amiláceos e de Alimentos Para Animais	40,15	7,18
Abate e Fabricação de Produtos de Carne	17,46	5,47
Fabricação de Outros Produtos Alimentícios	3,11	1,44
Laticínios	0,09	2,42
Bebidas	17,70	2,49
Máquinas e Equipamentos	6,60	7,99
Produtos Químicos	6,24	9,00
Produtos de Minerais Não-Metálicos	2,69	0,83
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos Para Viagem e Calçados	2,17	5,12
Demais Atividades	5,96	58,77

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Elaboração: FEE/CIE

*Conforme CNAE 2.0 - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

Nesta tabela só foram mostradas aquelas atividades com mais de 1% de participação no nível de divisão da CNAE



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental

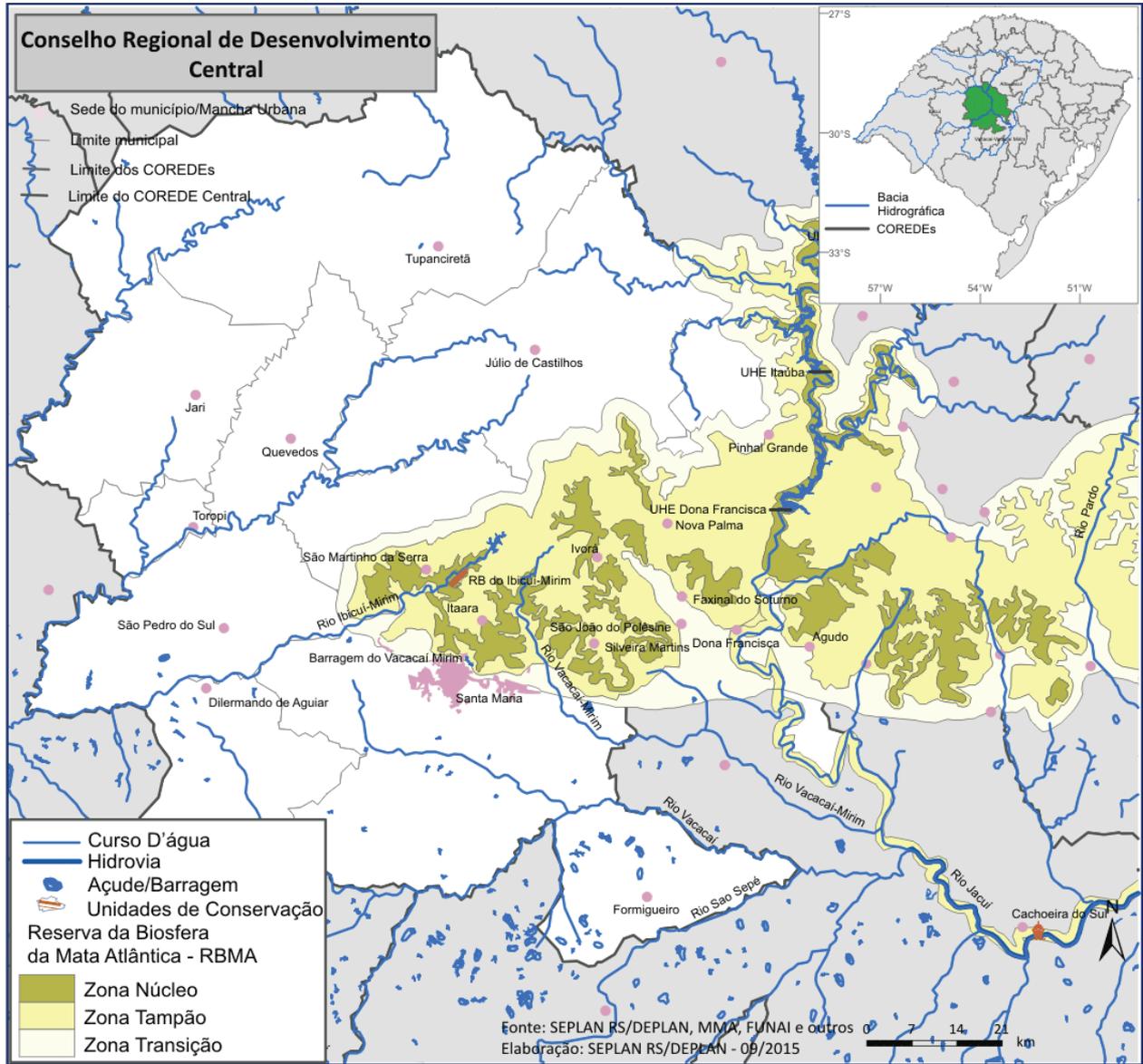
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE 2012 COREDE Central

Municípios	IDESE		Bloco Educação		Bloco Renda		Bloco Saúde	
	Índice	Posição	Índice	Posição	Índice	Posição	Índice	Posição
Agudo	0,705	291	0,637	349	0,693	163	0,786	418
Dilermando de Aguiar	0,680	347	0,624	375	0,566	378	0,851	157
Dona Francisca	0,724	234	0,730	156	0,596	326	0,848	171
Faxinal do Soturno	0,726	230	0,695	254	0,641	249	0,842	203
Formigueiro	0,689	328	0,671	300	0,571	369	0,826	268
Itaara	0,717	258	0,728	163	0,637	256	0,785	423
Ivorá	0,696	310	0,700	229	0,578	356	0,811	337
Jari	0,608	472	0,502	483	0,503	453	0,818	304
Júlio de Castilhos	0,733	209	0,706	219	0,699	149	0,795	390
Nova Palma	0,750	172	0,632	364	0,734	99	0,883	56
Pinhal Grande	0,691	324	0,667	305	0,541	407	0,864	105
Quevedos	0,664	379	0,585	436	0,592	334	0,813	317
Santa Maria	0,747	178	0,726	169	0,711	128	0,802	361
São João do Polêsine	0,750	167	0,748	106	0,649	235	0,855	147
São Martinho da Serra	0,646	425	0,591	424	0,509	445	0,839	209
São Pedro do Sul	0,679	353	0,681	279	0,556	389	0,798	372
Silveira Martins	0,732	214	0,787	27	0,592	335	0,818	302
Toropi	0,645	430	0,636	351	0,477	468	0,822	287
Tupanciretã	0,706	290	0,677	286	0,680	181	0,760	472
COREDE	0,735	12	0,708	12	0,694	13	0,802	17
Estado	0,744	-	0,685	-	0,745	-	0,804	-

Fonte: FEE



Govorno do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Planejamento Governamental





GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO,
MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL